

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

CNJ

CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

PORTARIA CNJ Nº 609, DE 26 DE AGOSTO DE 2009 E  
RESOLUÇÃO CNJ Nº 95, DE 29 DE OUTUBRO DE 2009)

2010

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

2010

PRAÇA DOS TRÊS PODERES | EDIFÍCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | ANEXO II | 3º ANDAR CEP 70175-900  
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA | DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA  
(61) 3217-4994 | DGE@CNJ.JUS.BR

**2ª Composição – Até 15/6/2009**

Min. Gilmar Mendes, Presidente

**Conselheiros**

Rui Stoco  
Mairan Gonçalves Maia  
Altino Pedrozo dos Santos  
Andréa Maciel Pachá  
Jorge Maurique  
Antonio Umberto de Souza Júnior  
José Adonis Callou de Araújo Sá  
Felipe Locke Cavalcanti  
Técio Lins e Silva  
Paulo Lobo  
Joaquim Falcão  
Marcelo Nobre  
João Orestes Dalazen

**Secretaria-Geral**

Juiz Álvaro Ciarlini – Secretário Geral até abril de 2009  
Juiz Rubens Curado Silveira – Secretário Geral

**Juizes Auxiliares**

Gabriela K Knaul de A e Silva  
07/2008 a 01/2009  
Juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos  
Juíza Fabiana Zilles  
Juiz Marcelo Berthe  
Juíza Maria da Conceição da S. Santos  
Juiz Marivaldo Araújo Dantas  
Juiz Paulo Cristovão  
Juiz Wilson da Silva Dias

**Corregedor Nacional de Justiça**

Min. Gilson Dipp

**Juizes Auxiliares**

Juiz José Paulo Baltazar  
Juiz Ricardo Cunha Chimentí  
Juiz José Ferreira Júnior

**3ª Composição**

Min. Gilmar Mendes, Presidente

**Conselheiros**

Ives Gandra Martins Filho  
Milton Nobre  
Leomar Barros  
Nelson Tomaz Braga  
Paulo Tamburini  
Marcelo Neves  
José Adonis Callou de Araújo Sá  
Felipe Locke Cavalcanti  
Walter Nunes  
Morgana Richa  
Jeferson Kravchychyn  
Marcelo Nobre  
Jorge Hélio Chaves de Oliveira

**Secretaria-Geral**

Juiz Rubens Curado Silveira – Secretário-Geral

**Juizes Auxiliares**

Juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos  
Juíza Fabiana Zilles  
De 02/03/09 a 13/10/09  
Juiz Marcelo Berthe  
Juíza Maria da Conceição da S. Santos  
Juiz Marivaldo Araújo Dantas  
Juiz Paulo Cristovão  
Juiz Wilson da Silva Dias  
Juiz Rubens Rihl Pires Corrêa

**Corregedor Nacional de Justiça**

Min. Gilson Dipp

**Juizes Auxiliares**

Juiz José Paulo Baltazar  
Salise Sanhotene  
Juiz Ricardo Cunha Chimentí  
Juiz José Ferreira Júnior  
De 15/02/08 a 02/09/08  
Juiz Friedman Wendpap  
Juiz Nicolau Lupianhes

## Sumário

<b>I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	<b>7</b>
Planejamento Estratégico Nacional	7
Planejamento Estratégico do CNJ	7
Planejamento Estratégico Nacional em TI	7
<b>II – ESTATÍSTICA PROCESSUAL</b>	<b>69</b>
<b>III – RELATÓRIO DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES E PROJETOS</b>	<b>71</b>
<b>IV – ORÇAMENTO</b>	<b>81</b>
<b>V – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	<b>87</b>
<b>VI – CONTRATOS EM VIGOR</b>	<b>111</b>
<b>VII – SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INTERNOS</b>	<b>121</b>
<b>VIII – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS</b>	<b>125</b>
<b>IX – INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>129</b>

## **I – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

**Planejamento Estratégico Nacional**

**Planejamento Estratégico do CNJ**

**Planejamento Estratégico Nacional em TI**

## 1. Planejamento Estratégico Nacional

### Gestão Estratégica Nacional

O Conselho Nacional de Justiça tem se notabilizado como órgão de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional a partir de ações construídas de forma participativa, integrada e alinhada às necessidades mais prementes dos tribunais.

O ponto de partida desse desafio de criar um sistema integrado de gestão foi o Encontro Nacional do Judiciário, realizado no dia 25 de agosto de 2008, em Brasília, que resultou na Carta do Judiciário, na qual restou selado o compromisso dos Presidentes dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais Estaduais e dos Tribunais Militares, e Associações Nacionais de Magistrados, de desenvolver mecanismos eficazes para o aprimoramento dos serviços judiciários, para a realização efetiva dos direitos individuais e sociais, de forma a impulsionar a realização do Estado de Direito. Tais ações precisavam ser consubstanciadas em um planejamento estratégico que propiciasse a tomada de decisões baseadas em atuação proativa dos gestores, considerando as ameaças e as oportunidades.

No trimestre de setembro a novembro de 2008 ocorreram os Encontros Regionais do Judiciário, com o escopo de ouvir e debater com os tribunais das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral, Militar e do Trabalho e com os representantes das Associações locais dos Magistrados, como também de conhecer as realidades locais e peculiaridades regionais. O objetivo foi conhecer as boas práticas e revelar os desafios a ser enfrentados e superados para se alcançar uma justiça mais efetiva. Nos encontros procurou-se realizar um amplo diagnóstico do judiciário, baseado nos seguintes aspectos: eficiência operacional, acesso e efetividade da justiça, gestão de recursos financeiros, humanos e de tecnologia da informação; níveis de qualificação dos profissionais da justiça, o grau de otimização dos processos fundamentais de trabalho, e o desenvolvimento e execução da gestão com eventual planejamento, bem como estimular a comunicação com publicidade externa e interna e a troca de experiências entre os Tribunais.

Participaram dos encontros 86 tribunais, que se reuniram em doze estados da federação. Cada encontro resultou em uma carta com propostas de ações estratégicas que sintetizaram o pensamento das lideranças.

Esses encontros subsidiaram a elaboração do Mapa Estratégico do Poder Judiciário. Os desafios levantados nesses encontros foram consolidados em 15 objetivos estratégicos comuns a todos os tribunais.

No 2º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belo Horizonte - MG, em 16 de fevereiro de 2009, os Presidentes dos tribunais brasileiros validaram o Mapa Estratégico do Poder Judiciário, os 15 objetivos propostos, o desdobramento da estratégia para todos os tribunais, e as 10 metas de nivelamento para o Poder Judiciário para 2009.

Essa validação foi institucionalizada na Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que instituiu o Planejamento e a Gestão Estratégica no Poder Judiciário. A resolução dispõe sobre o alinhamento entre o planejamento estratégico e a proposta orçamentária, fundamental para a execução da estratégia. Além disso, outro fator essencial mencionado na resolução é a gestão participativa envolvendo servidores e magistrados na elaboração do planejamento estratégico e principalmente na priorização de ações.

Ao longo do ano, foi elaborada a lista de indicadores de desempenho que irão mensurar o alcance destes objetivos e, por conseguinte, da estratégia, e as respectivas metas e os projetos prioritários que propiciarão uma evolução em gestão e um salto de desempenho na atuação do Judiciário. Estes indicadores serão informados por todos os tribunais, a partir do final de 2010, no Justiça em Números ou por meio de sistema único de gestão de indicadores.

Com o objetivo de avaliar a estratégia nacional elaborada e adequá-la se necessário fosse, realizamos a construção de cenários prospectivos para o Judiciário por meio do Seminário de construção de cenários prospectivos para o Poder Judiciário, realizado em dezembro de 2009. A partir da apresentação de notáveis nas áreas econômica, tecnológica, empresarial e ambiental, conselheiros e juízes auxiliares do CNJ avaliaram os possíveis impactos das previsões de futuro dos diversos segmentos no Judiciário, hipóteses de cenários que foram objeto de pesquisa realizada em janeiro de 2010 com líderes dos três Poderes, associações, ONGs e empresariado. Por meio dessa pesquisa, os líderes validaram os cenários propostos e avaliaram seu impacto no Judiciário. O resultado da pesquisa confirmou que a estratégia definida para os próximos 5 anos está adequada e que alguns fatores novos poderão impactar o Judiciário a partir de 2014. O resultado dessa pesquisa está consolidado em um relatório específico.

As 10 Metas Nacionais de Nivelamento para o ano de 2009 buscaram um padrão mínimo de serviço judicial a ser entregue à sociedade. A instituição das 10 metas também teve por objetivo instituir, no contexto do Planejamento Estratégico nacional, uma cultura de foco em resultados por meio de metas e medição de indicadores de desempenho nos órgãos do Judiciário. São elas:

- META 1:** Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial.
- META 2:** Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).
- META 3:** Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet).
- META 4:** Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.
- META 5:** Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.
- META 6:** Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implementação de métodos de gerenciamento de rotinas.

**META 7:** Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.

**META 8:** Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens de comunicação de ordens judiciais (Bancejud, Infojud, Renajud).

**META 9:** Implantar núcleo de controle interno.

**META 10:** Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

Para diagnosticar a realidade dos tribunais em relação a cada uma das metas de nivelamento, bem como acompanhar o seu cumprimento, o CNJ disponibilizou questionário eletrônico aos tribunais, respondido em junho e outubro de 2009 e janeiro de 2010. O resultado final sobre o cumprimento das metas está consolidado no Relatório das metas de nivelamento de 2009 do Poder Judiciário.

Para que todos os Tribunais pudessem cumprir a Meta 1 de Nivelamento - “Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial” -, o CNJ ofereceu apoio técnico local e realizou eventos de sensibilização e capacitação em gestão estratégica.

O III Encontro Nacional do Judiciário, realizado em São Paulo no dia 26 de fevereiro de 2010, teve como objetivo apresentar o resultado do cumprimento das metas de 2009, o aprendizado institucional que essas metas proporcionaram e a definição de 10 metas e 5 ações prioritárias para 2010. As 10 metas prioritárias para 2010 foram definidas por meio de votação por todos os Presidentes de tribunais presentes dentre 15 metas consolidadas a partir das discussões promovidas em workshop realizado com todos os gestores de metas dos tribunais. Essas metas e ações fazem parte do Anexo III da Resolução 70. São elas:

### Metas Prioritárias para 2010

**META PRIORITÁRIA 1:** Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;

**META PRIORITÁRIA 2:** Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007;

**META PRIORITÁRIA 3:** Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009);

**META PRIORITÁRIA 4:** Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento;

**META PRIORITÁRIA 5:** Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau;

**META PRIORITÁRIA 6:** Reduzir em pelo menos 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009);

**META PRIORITÁRIA 7:** Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência;

**META PRIORITÁRIA 8:** Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância;

**META PRIORITÁRIA 9:** Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior;

**META PRIORITÁRIA 10:** Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.

Ações estratégicas para 2010

Plano de ação para os tribunais que ainda não cumpriram as Metas de Nivelamento de 2009;

Ano da Justiça Criminal, com ações para reduzir a zero o número de presos em delegacias, entre outros objetivos;

Publicação dos maiores litigantes;

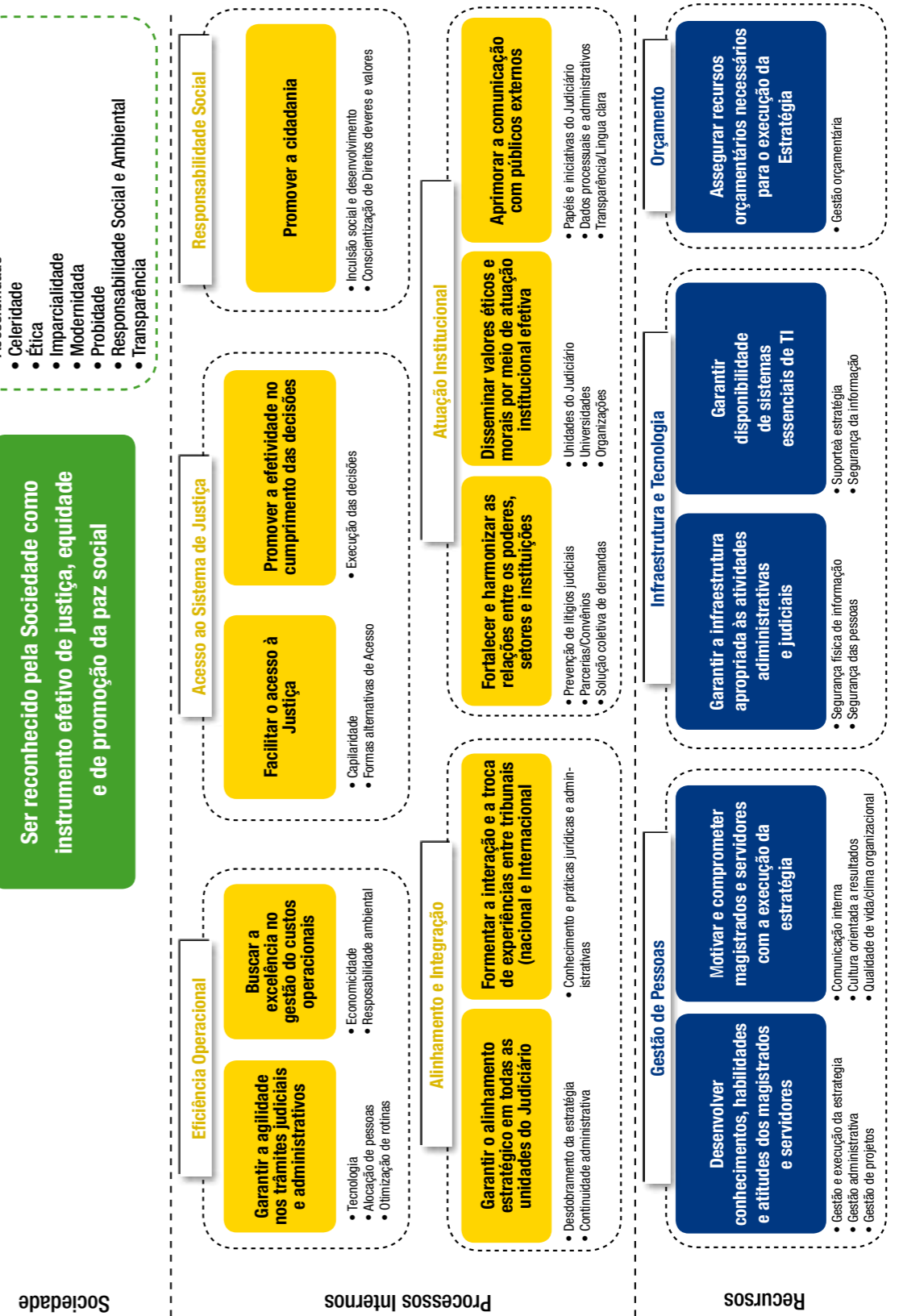
Implantação de juizados especiais da fazenda pública;

Criação de centro de capacitação de servidores.

### MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

Missão: Realizar Justiça

Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social





## TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

### Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

#### Ações Sugeridas:

- Implantar o processo eletrônico, inclusive nas execuções penais e fiscais;
- Investir na estrutura dos juizados especiais;
- Incentivar a conciliação, inclusive mediante sensibilização do Poder Público nas ações em que é parte;
- Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para priorizar a sua solução;
- Estabelecer controle eletrônico das tramitações processuais, para identificar os entraves (gargalos), evitar a paralisação de processos, a perpetuação de decisões provisórias e o perecimento de direitos;
- Modernizar e uniformizar o fluxo de trabalho das secretarias e gabinetes visando à organização e à racionalização;
- Implementar o peticionamento eletrônico e outras ferramentas de TI que promovam a automatização dos trâmites processuais;
- Realizar a gestão por competência, promovendo a reengenharia da estrutura de pessoal com alocação adequada e proporcional à demanda das unidades judiciárias, de acordo com a sua competência;
- Aperfeiçoar os relatórios estatísticos como meio de identificação de ações repetitivas, projeção de demandas e percepção de fatores externos, para planejamento de ações;
- Estimular a solução coletiva das demandas de massa;
- Otimizar os procedimentos de execução de mandados, inclusive com compartilhamento das informações entre os oficiais de justiça;
- Implementar Carta Precatória Eletrônica.

### Objetivo 2. Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;

#### Ações Sugeridas:

- Priorizar a atividade fim na utilização dos recursos orçamentários;
- Usar de forma racional e criativa materiais, bens e serviços;
- Conscientizar servidores sobre responsabilidade ambiental;
- Aperfeiçoar relatórios estatísticos para melhor controle de custos;
- Compartilhar estrutura física entre segmentos da Justiça;
- Implantar o Diário de Justiça Eletrônico;
- Fomentar política de gestão documental com foco na modernização de arquivos e na preservação da memória do Judiciário;
- Implantar ou aprimorar unidade responsável pelo controle interno dos tribunais.

## TEMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

### Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça;

#### Ações Sugeridas:

- Instituir protocolo integrado entre órgãos da Justiça;
- Incentivar a descentralização dos serviços judiciais, inclusive por meio de postos avançados de atendimento e atermação, com utilização de voluntariado;
- Incrementar a Justiça Itinerante;
- Firmar parcerias para utilização de unidades judiciárias por outros segmentos da Justiça de menor capilaridade (compartilhamento de unidades judiciárias).

### Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões;

#### Ações Sugeridas:

- Utilizar sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre devedores e bens, como também de comunicação de ordens judiciais no cumprimento/execução das decisões (Bacenjud, Infojud, Renajud, penhora eletrônica de imóveis etc.);
- Instituir conciliação em precatórios;
- Implantar ferramenta eletrônica para gerenciamento das Guias de Recolhimento na execução penal e controle das prisões provisórias;
- Padronizar procedimentos e regulamentar rotinas processuais, inclusive para garantir a aplicação da lei de execução penal;
- Implantar rol de culpados centralizado para viabilizar a construção do banco nacional de condenados;
- Padronizar o cadastramento das partes, observando-se, prioritariamente, a denominação ou razão social constante do cadastro de CPF e CNPJ;
- Aperfeiçoar os mecanismos de alienação judicial de bens (leilão eletrônico, leilão unificado etc.);
- Compartilhar informações sobre devedores e bens entre órgãos judiciais e oficiais de justiça;
- Instituir unidade judiciária especializada em investigação patrimonial e múltiplas execuções contra o mesmo devedor.

## TEMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL

### Objetivo 5. Promover a cidadania;

#### Ações Sugeridas:

- Mobilizar órgãos do governo, do setor privado e organizações da sociedade civil para construção de uma política de segurança pública com cidadania;
- Firmar parcerias com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil;
- Utilizar o Cadastro Nacional de Adoção;
- Instituir centros de promoção da cidadania ou outros meios de difusão de direitos fundamentais e de temas de interesse da comunidade (dependência química, alcoolismo, economia doméstica, direitos da mulher, direitos do trabalhador, previdência social etc.);
- Execução Penal



A experiência dos mutirões carcerários e demais ações autorizam e legitimam o Conselho Nacional de Justiça a algumas proposições, que têm sido objeto dos diversos relatórios dos mutirões finalizados e encaminhados aos órgãos públicos responsáveis. Algumas são específicas aos órgãos do Poder Judiciário e já estão na forma de resoluções e recomendações, outras são comuns aos diversos órgãos do sistema de justiça criminal:

**Em resumo, recomenda-se:**

- Melhoria das condições de encarceramento, com o cumprimento efetivo da Lei de Execuções Penais;
- Enfrentamento do problema da superlotação dos estabelecimentos penais, com a abertura de vagas compatíveis com os números da população carcerária;
- Maior agilidade na execução orçamentária, no que se refere à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais;
- Programa de saúde, educação, capacitação profissional e reinserção social de presos, egressos e cumpridores de penas e medidas alternativas;
- Maior integração dos órgãos públicos ao Projeto Começar de Novo, à consideração de que a reincidência deve ser enfrentada, dentre outras medidas, com propostas de reinserção social;
- Definição de política de incentivo fiscal a empresas e instituições que ofereçam cursos de capacitação profissional e vagas para trabalho a presos, egressos e cumpridores de penas e medidas alternativas;
- Programa de desativação das carceragens em delegacias de polícias, que abrigam hoje 60.000 presos em péssimas condições de saúde, segurança e higiene;
- Atuação integrada dos órgãos do sistema de justiça criminal, a fim de cada órgão cumpra suas atribuições e fiscalize o cumprimento da dos demais;
- Meta para redução da quantidade de presos provisórios a percentuais mais razoáveis, abaixo de 20%, exigindo para tanto rapidez na investigação, conclusão de inquéritos, denúncias, instrução e julgamento;
- Organização de mutirões de julgamento de réus presos, com prioridade aos crimes afetos ao tribunal do júri e aos processos mais antigos;
- Implantação de unidades de advocacia voluntária em estabelecimentos penais, que possam atuar de forma integrada com a defensoria pública, na defesa efetiva de presos provisórios e condenados;
- Instalação de varas especializadas na execução de penas e medidas alternativas, bem como de centrais de acompanhamento de sua execução;
- Construção de sistema informatizado de controle de presos provisórios – já em andamento no Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ;
- Instalação de VEPs virtuais em todos os Tribunais;
- Adoção das boas práticas premiada pelo Instituto Innovare, relacionadas ao sistema carcerário;
- Prosseguimento dos mutirões carcerários, conforme dispõe a Resolução Conjunta nº 1/09 – CNJ-CNMP.

## TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

### Objetivo 6. Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário;

**Ações Sugeridas:**

- Desenvolver planejamento estratégico plurianual alinhado à estratégia do Poder Judiciário;
- Aprovar o planejamento no Tribunal Pleno ou Órgão Especial;
- Estabelecer metas desafiadoras de curto, médio e longo prazos e respectivos indicadores para mensuração do seu alcance;
- Assegurar a participação dos magistrados e servidores na concepção e execução do planejamento;
- Estruturar a unidade administrativa responsável pela gestão estratégica (Resolução 49/CNJ);
- Implantar escritório de projetos subordinado à unidade de gestão estratégica.

### Objetivo 7. Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais nos planos nacional e internacional;

**Ações Sugeridas:**

- Promover encontros regionais e nacionais periódicos entre dirigentes, magistrados e servidores de tribunais do mesmo ou de diversos segmentos da Justiça;
- Compartilhar estruturas físicas e administrativas de unidades judiciárias para melhor atendimento ao cidadão;
- Criar parcerias para desenvolvimento e utilização de sistemas de TI;
- Incrementar o banco de boas práticas de gestão do Poder Judiciário.

## TEMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

### Objetivo 8. Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições;

#### Ações Sugeridas:

- Fortalecer o relacionamento com órgãos e entidades públicas e privadas para prevenir demandas repetitivas e impedir o uso abusivo e desnecessário da Justiça, sobretudo em matérias já pacificadas;
- Celebrar parcerias e convênios com entidades públicas e privadas para viabilizar projetos de responsabilidade social;
- Firmar parcerias e convênios para implementar projetos de interesse comum, inclusive mecanismos que viabilizem a comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e os outros Poderes, setores e instituições;
- Intermediar medidas com a Administração Pública para solução coletiva de demandas repetitivas, inclusive precatórios;
- Firmar parcerias com universidades, OAB, Ministério Público e Defensorias para atendimento gratuito da população carente.

### Objetivo 9. Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva;

#### Ações Sugeridas:

- Promover cursos, seminários, palestras e fóruns de discussão, em parceria com entidades ligadas à atividade judiciária (OAB, Ministério Público, defensorias etc.), a fim de prevenir condutas antiéticas no Judiciário;
- Viabilizar com universidades o fomento de temas ligados à ética e moral nos cursos de Direito.
- Objetivo 10. Aprimorar a comunicação com públicos externos;
- Ações Sugeridas:
- Desenvolver plano de comunicação;
- Divulgar o papel e as iniciativas do Judiciário à sociedade;
- Aprimorar e padronizar os serviços prestados nos portais da internet, tendo como foco o jurisdicionado e a necessidade de facilitar o acesso às informações processuais (excelência no atendimento virtual);
- Viabilizar o acesso virtual aos processos judiciais na íntegra;
- Utilizar os portais na internet como canal de comunicação e de transparência, inclusive para publicação de informações administrativas de interesse público (receitas, despesas, orçamento, execução orçamentária);
- Utilizar linguagem clara e acessível em todas as divulgações;
- Implantar ouvidoria estruturada e autônoma, inclusive para recebimento de críticas e sugestões;
- Realizar audiências públicas.

## TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

### Objetivo 11. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores;

#### Ações Sugeridas:

- Aperfeiçoar e capacitar continuamente magistrados e servidores em conhecimentos jurídicos e interdisciplinares;
- Capacitar magistrados e servidores na utilização do processo eletrônico e demais sistemas de TI;
- Capacitar magistrados e servidores em gestão e execução da estratégia, gestão administrativa, de pessoas, de projetos;
- Capacitar magistrados e servidores em produção e análise de estatística;
- Capacitar servidores na alimentação dos sistemas processuais, para que reflitam com exatidão o andamento do processo;
- Promover cursos de capacitação em atendimento ao público;
- Acompanhar e avaliar a eficácia de treinamentos por intermédio de pesquisas e índice de alcance dos objetivos estratégicos;
- Capacitar em gestão por competências, de modo a incentivar o melhor aproveitamento das habilidades;
- Fomentar o uso dos instrumentos de educação à distância;
- Incentivar a mudança cultural gerada pela desmaterialização do processo judicial e administrativo;
- Priorizar o ensino a distância viabilizando a capacitação de um número maior de servidores.

### Objetivo 12. Motiviar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia;

#### Ações Sugeridas:

- Desenvolver plano de comunicação interna sobre a estratégia para explicar o papel de cada servidor no alcance dos objetivos e os benefícios de sua implementação;
- Realizar pesquisa sobre clima organizacional para medir o grau de aprovação de magistrados e servidores (conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação);
- Fomentar, difundir e valorizar práticas inovadoras, criativas e proativas;
- Realizar atividades que desenvolvam a identidade institucional e o comprometimento com a solução dos desafios;
- Aperfeiçoar programas de valorização dos recursos humanos, inclusive com estímulos a desempenhos;
- Implantar plano de carreira;
- Desenvolver programa de gestão de pessoas com assistência preventiva médica, social e odontológica;
- Criar estímulos de permanência de magistrados e servidores nas unidades judiciárias de difícil provimento;
- Valorizar os magistrados e servidores de primeira instância;
- Equilibrar as condições de trabalho no primeiro e segundo graus, adequando-as proporcionalmente às necessidades e demandas.

## TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

### Objetivo 13. Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais;

#### Ações Sugeridas:

- Dotar as unidades judiciárias de estrutura física e tecnológica adequada e proporcional à demanda;
- Capacitar servidores nas áreas de segurança de dignitários, inteligência, segurança do patrimônio, gerenciamento de crise etc., sem prejuízo de outras medidas necessárias para a garantia da segurança física dos magistrados, servidores, colaboradores e usuários, bem como da informação, do acervo e dos bens materiais;
- Padronizar os projetos de novas unidades, instalações e mobiliário, com foco em funcionalidade, economicidade, desenvolvimento sustentável e ergonomia.

### Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação;

#### Ações Sugeridas:

- Investir na estruturação das áreas de tecnologia da informação;
- Priorizar sistemas de TI diretamente relacionados aos projetos estratégicos;
- Estabelecer diretrizes para a aquisição e o desenvolvimento de programas de informática e para a compra de equipamentos, observados os princípios da universalidade, simplicidade, atualidade, economicidade, independência, eficiência, disponibilidade, modularidade, convergência, continuidade e acessibilidade;
- Priorizar a utilização de programas de código aberto;
- Desenvolver políticas de segurança da informação;
- Informatizar todas as unidades judiciárias conectá-las à internet e interligá-las aos bancos de dados das Capitais ou dos respectivos Tribunais;
- Implementar e aperfeiçoar o processo eletrônico, judicial e administrativo;
- Exigir a informatização dos cartórios extrajudiciais e garantir meios de acesso eletrônico aos bancos de dados pelas autoridades judiciárias, inclusive para controle e fiscalização;
- Implantar mecanismos de comunicação eletrônica entre as unidades do tribunal e entre tribunais;
- Buscar parcerias institucionais com órgãos ou entidades externas para tornar eletrônicas as comunicações oficiais (Art. 7º da Lei 11.419);
- Habilitar os magistrados e servidores na utilização da certificação digital;
- Possibilitar o peticionamento eletrônico e a intimação eletrônica em todos os processos judiciais;
- Implementar a distribuição eletrônica e aleatória das ações e dos recursos;
- Automatizar e incrementar a geração de dados estatísticos.

## TEMA: ORÇAMENTO

### Objetivo 15. Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia;

#### Ações Sugeridas:

- Viabilizar a regulamentação legal nos Estados do repasse do duodécimo em percentual da receita corrente líquida;
- Incrementar as fontes de receita (depósitos judiciais, serventias extrajudiciais, custas judiciais etc.);
- Viabilizar a criação de fundo de reaparelhamento e modernização do Poder Judiciário;
- Alinhar o planejamento orçamentário aos objetivos estratégicos;
- Otimizar a execução orçamentária.
- A Gestão Estratégica do Judiciário será realizada por meio de indicadores de desempenho nacionais, comuns a todos os tribunais, quais sejam:

## INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

### 1. Visão

Ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social.

### 2. Descrição

Ter credibilidade e ser reconhecido como um Poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Indicador	Descrição	Meta	Apuração	Propostas
1 - Índice de Confiança no Poder Judiciário	% de aprovação na pesquisa de opinião pública Confiança no poder Judiciário.	Obter 70% de aprovação na pesquisa, até 2014	Anual	IBGE, Ibope e AMB, e FGV
2 - Índice de satisfação do cliente	% de aprovação em pesquisa específica realizada permanentemente com os clientes diretos e interessados.	Aumentar para X% o índice de aprovação, até 2014	Anual	Modelo de pesquisa a ser disponibilizado pelo CNJ para os tribunais.

### 1. Tema

Eficiência Operacional.

### 2. Objetivo

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

### 3. Descrição

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos e assegurar a razoável duração do processo.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
3 - Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)	$1 - (\text{total de processos judiciais baixados} / \text{casos novos} + \text{casos pendentes})$	Reduzir para X% a taxa de congestionamento até 2014.	Semestral
4 - Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)	Total de baixados / total de magistrados	Aumentar em x% a produtividade do magistrado até 2014 (esse percentual pode variar de acordo com a taxa de congestionamento de cada tribunal, de forma a eliminar a taxa de congestionamento em X anos).	Semestral
5 - Índice de atendimento à demanda	Processos baixados / casos novos Divisão em 1º e 2º grau conforme possibilidade	Aumentar para X% o atendimento à demanda, até 2014	Semestral
6 - Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)	% entre processos finalizados dentro de um ano, por instância, em relação ao total de casos finalizados. Fase de conhecimento (do protocolo à sentença) Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa)	Aumentar para X% o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2014.	Semestral
7 - Índice de processos antigos	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes	Baixar para x% o índice de processos antigos	Semestral
8 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total: 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço; 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; 60 dias, para demais tomadas de preços; 50 dias, para convites e pregão, 8 dias para dispensa e inexigibilidade	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014	Anual
9 - Índice de virtualização dos processos novos	% de processos novos eletrônicos/ total de processos novos	Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos, até 2014	Semestral
10 - Índice de agilidade na publicação dos acórdãos	% entre acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias/ total de acórdãos a publicar	Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão, até 2014	Semestral

### 1. Tema

Eficiência Operacional.

### 2. Objetivo

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

### 3. Descrição

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
11 - Eficiência operacional	(Despesa Total – Inativos – Precatório - Investimentos + Depreciação / Processos Baixados) / Divisão em 1º e 2º grau conforme possibilidade	Diminuir para X R\$ o valor da despesa por processo, até 2014	Anual
12 - Eficiência na arrecadação de receitas	(Receitas de Custas + Recolhimentos Diversos + Recolhimento INSS + Recolhimento IR) / (Despesa Total – Inativos – Precatório - Investimentos + Depreciação)	Aumentar para x% a relação receitas/despesas, até 2014	Anual
13 - Redução do consumo de papel	Variação da quantidade de consumo per capita de resmas de papel no período, em relação ao período anterior	Reduzir em X% o consumo de papel per capita, até 2014	Anual
14 - Redução do consumo de água	Variação da quantidade de consumo de água per capita no período, em relação ao período anterior	Reduzir em X% o consumo de água per capita, até 2014	Anual
15 - Redução do consumo de energia	Variação da quantidade de consumo de energia per capita utilizada no período, em relação ao período anterior	Reduzir em X% o consumo de energia per capita, até 2014	Anual

### 1. Tema

Acesso ao Sistema de Justiça.

### 2. Objetivo

Facilitar o acesso à Justiça.

### 3. Descrição

Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
16 - Índice de acesso à justiça	% entre municípios atendidos (aonde a justiça chega de alguma forma seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física) / Total de municípios	Aumentar para X% os municípios atendidos, (aonde a justiça chega de alguma forma), até 2014.	Anual

### 1. Tema

Acesso ao Sistema de Justiça.

### 2. Objetivo

Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

### 2. Descrição

Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos determinados pelos Magistrados alcancem resultados concretos para a população atendida.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
17 - Taxa de Congestionamento na fase de execução (1º grau, 2º grau e Juizados)	$1 - \frac{\text{Processos de Execução Baixados}_{1^\circ \text{ grau}}}{(\text{Casos Novos Exec.} + \text{Pendentes Exec.} + \text{Exec. Judiciais} + \text{Exec. Pendentes})_{1^\circ \text{ grau}}}$	Reduzir para X%, a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2014.	Semestral
18 - Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)	Total de julgados / total de magistrados	Aumentar para X% a produtividade do magistrado até 2014 (esse percentual pode variar de acordo com a taxa de congestionamento de cada tribunal, de forma a eliminar a taxa de congestionamento em X anos).	Semestral

### 1. Tema

Responsabilidade Social

### 2. Objetivo

Promover a cidadania.

### 3. Descrição

Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
19 - Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais	Aumentar em X% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014.	Anual

### 1. Tema

Alinhamento e Integração.

### 2. Objetivo

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

### 3. Descrição

Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando a resultados de curto, médio e longo prazos (continuidade).

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
20 - Índice de gestão participativa	% entre reuniões de execução da estratégia realizadas/ reuniões previstas no período	N. de reuniões realizadas no prazo/ 4	Trimestral
21 - Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos	% entre projetos estratégicos concluídos e com suas metas internas alcançadas/ total de projetos estratégicos previstos no plano para o período.	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014.	Anual

O Comitê de Gestão Estratégica é formado por um Magistrado representante do 2º grau, um Magistrado representante do primeiro grau, Diretor-Geral, Secretário-Geral, Assessor de gestão estratégica do Tribunal, um representante da Associação de magistrados e um da Associação de Servidores.

### 1. Tema

Alinhamento e Integração.

### 2. Objetivo

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais (nacional e internacional).

### 3. Descrição

Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, comparando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração	Propostas
22 - Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.	Não há	Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2014.	Anual	No sistema de estatística seria: Implementou pelo menos uma prática do banco? Sim ou Não Meta: Implementar
23 - Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário	Total de parcerias entre tribunais que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, em relação ao total de parcerias internas.	Aumentar em X% a quantidade de parcerias estratégicas	Anual	Qualificar para incluir no glossário: Visitas entre os tribunais Trabalho externo de apoio à gestão Cursos disponibilizados Protocolo integrado Carta precatória entre tribunais

### 1. Tema

Atuação Institucional.

### 2. Objetivo

Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes, setores e instituições.

### 3. Descrição

Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça e o cumprimento das decisões judiciais, além de incentivar a conciliação e formas alternativas de solução de conflitos. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
24 - Índice de parcerias estratégicas	Total de parcerias externas ao PJ que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, sobre o total de parcerias vigentes no período.	Aumentar para X% o índice de parcerias estratégicas, até 2014	Anual

### 1. Tema

Atuação Institucional

### 2. Objetivo

Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

### 3. Descrição

Promover a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos Magistrados e Servidores do Judiciário, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
25 - Índice de promoção de valores éticos e morais.	Total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais.	Aumentar em X% o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, até 2014.	Anual



### 1. Tema

Atuação Institucional

### 2. Objetivo

Aprimorar a comunicação com públicos externos.

### 3. Descrição

Aprimorar a comunicação com públicos externos, disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do Poder Judiciário, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários e de desempenho operacional.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração	Propostas
26 - Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet	% entre os processos posteriores com seu conteúdo integral publicado na Internet/ total de processos pendentes	Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos, até 2014	Anual	
27 - Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	% entre informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet/ total de informações orçamentárias e financeiras	Disponibilizar 100% das informações orçamentárias e financeiras, até 2014	Anual	Indicador CNJ Transparência orçamentária do judiciário: Total de tribunais que disponibilizaram a íntegra das informações orçamentárias no seu site, sobre o total de tribunais
28 - Índice de inserções institucionais na mídia	Quantidade de inserções na mídia, no período	Aumentar em X% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014	Anual	
29 - Índice de matérias institucionais positivas	% entre o total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o tribunal, sobre o total de matérias veiculadas na mídia sobre o tribunal	Obter X% de matérias institucionais positivas na mídia, até 2014	Anual	

### 1. Tema

Gestão de Pessoas

### 2. Objetivo

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores.

### 3. Descrição

Garantir que os Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração	Propostas
30 - Índice de capacitação nas competências estratégicas	% entre as pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de pessoas	Aumentar para X% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014	Anual	
31 - Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	% entre os itens atendidos do Plano Nacional de Capacitação, sobre o total de itens	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação, até 2014	Anual	CNJ elaborará um plano nacional de capacitação
32 - Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação	% entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento de custeio executado	Aplicar X% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014	Anual	

Competências estratégicas: gestão estratégica, gestão de processos de trabalho, gestão da informação e gestão de pessoas.

### 1. Tema

Gestão de Pessoas

### 2. Objetivo

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

### 3.3. Descrição

Elevar o nível de comprometimento e motivação dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicador	Fórmula	Meta	Periodicidade	Propostas
33 - Índice de alcance das metas	% de metas estratégicas alcançadas e o total de metas estratégicas	Alcançar X% das metas, até 2014	Anual	Metas anuais (Glossário)
34 - Índice do Clima Organizacional	% entre as avaliações positivas sobre o total de avaliações na pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infra-estrutura, relacionamento interpessoal e comunicação).	Aumentar para X% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014	Anual	CNJ padronizará formulário de pesquisa (DGE/DPJ)
35 - Índice de absenteísmo	% entre as ausências dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal	Reduzir para X% o índice de absenteísmo até 2014	Mensal	Um indicador de tendência padronizado mundialmente, que não pode ser analisado de forma isolada
36 - Índice de prevenção de saúde	% entre o número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo sobre o total de pessoas elegíveis na Lei 11.907/09	Aumentar para X% o índice de prevenção de saúde até 2014	Anual	O exame periódico tem previsão legal



### 1. Tema

Infra-estrutura e Tecnologia.

### 2. Objetivo

Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais.

### 3. Descrição

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das Unidades do Judiciário, garantindo aos Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração	Propostas
37 - Índice de aderência aos padrões mínimos de TI	% entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução 90	Atender X% dos padrões mínimos de TI, até 2014	Anual	Indicadores do PETI (Planej. Estrat. em TI) devem ser usados.
38 - Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica	Unidades consideradas seguras* / total de unidades	Aumentar para X% as unidades consideradas seguras	Anual	
39 - Índice de satisfação com as instalações físicas	% entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas* / total de avaliações nestes itens da pesquisa	Aumentar para X% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas*, até 2014	Anual	Pesquisa de clima organizacional
40 - Índice de condições de trabalho	% entre os itens atendidos da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, em relação ao total de itens.	Atender X% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais, até 2014.	Anual	A norma 17 foi elaborada de modo a fornecer as condições de trabalho ideais às pessoas e proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

\* segurança eletrônica, entendida como controle de acesso com detector de metais e raios x e câmeras de vigilância nas áreas de circulação

\* adequação das instalações a ser acompanhada na pesquisa de clima organizacional, (espaço, mobiliário, climatização, higiene, limpeza, etc)

### 1. Tema

Infra-estrutura e Tecnologia.

### 2. Objetivo

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

### 3. Descrição

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração	Propostas
41 - Índice de aderência às metas do PETI	% de metas alcançadas em relação ao total de metas do PETI	Alcançar x% das metas, até 2014	Anual	Indicadores do PETI (Planej. Estrat. em TI) devem ser usados.
42 - Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia	1 - (tempo de indisponibilidade de equipamentos/ tempo total do período)	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2014	Mensal	
43 - Índice de disponibilidade de sistemas on-line	1 - (tempo de indisponibilidade de sistemas/tempo total do período)	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas, até 2014	Mensal	

### 1. Tema

Orçamento.

### 2. Objetivo

Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

### 3. Descrição

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos para alcançar as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicador	Fórmula	Meta	Apuração
44 - Índice de orçamento estratégico	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total	Disponibilizar X% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014	Anual
45 - Índice de execução do orçamento estratégico	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014	Anual
46 - Índice de execução do orçamento disponibilizado	% entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento, até 2014	Anual

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ



## 2. Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça

O sistema de planejamento e gestão concebido para o CNJ teve como objetivo integrar e direcionar esforços para cumprir a missão institucional e contribuir para o alcance da sua visão de futuro “Ser reconhecido como instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário”. Assim, o sistema define parâmetros, metodologias e ferramentas específicas para coordenar a implementação do plano estratégico, visando a consolidar e avaliar os resultados obtidos pelo CNJ em relação aos seus objetivos estratégicos e às diretrizes de médio e curto prazo. Além de objetivos estratégicos desdobrados do Planejamento Estratégico Nacional, foram aprovadas metas para os próximos 5 anos, definidos os indicadores de desempenho para mensurar o alcance destas metas e dos projetos suficientes e necessários para tal. As metodologias aplicadas ao sistema de planejamento e gestão do CNJ são as mesmas identificadas para o Judiciário:

- a. **Balanced Scorecard (BSC)** – É uma metodologia desenvolvida pelos professores de Harvard, Robert Kaplan e David Norton durante os anos 90, e amplamente difundidos em todo o mundo. É composta de mapa estratégico, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas;
- b. **Gestão de Projetos** – é a metodologia de gestão de projetos utilizada para gerenciar programas, projetos e subprojetos em qualquer nível previsto no desdobramento de objetivos institucionais e diretrizes de médio prazo.

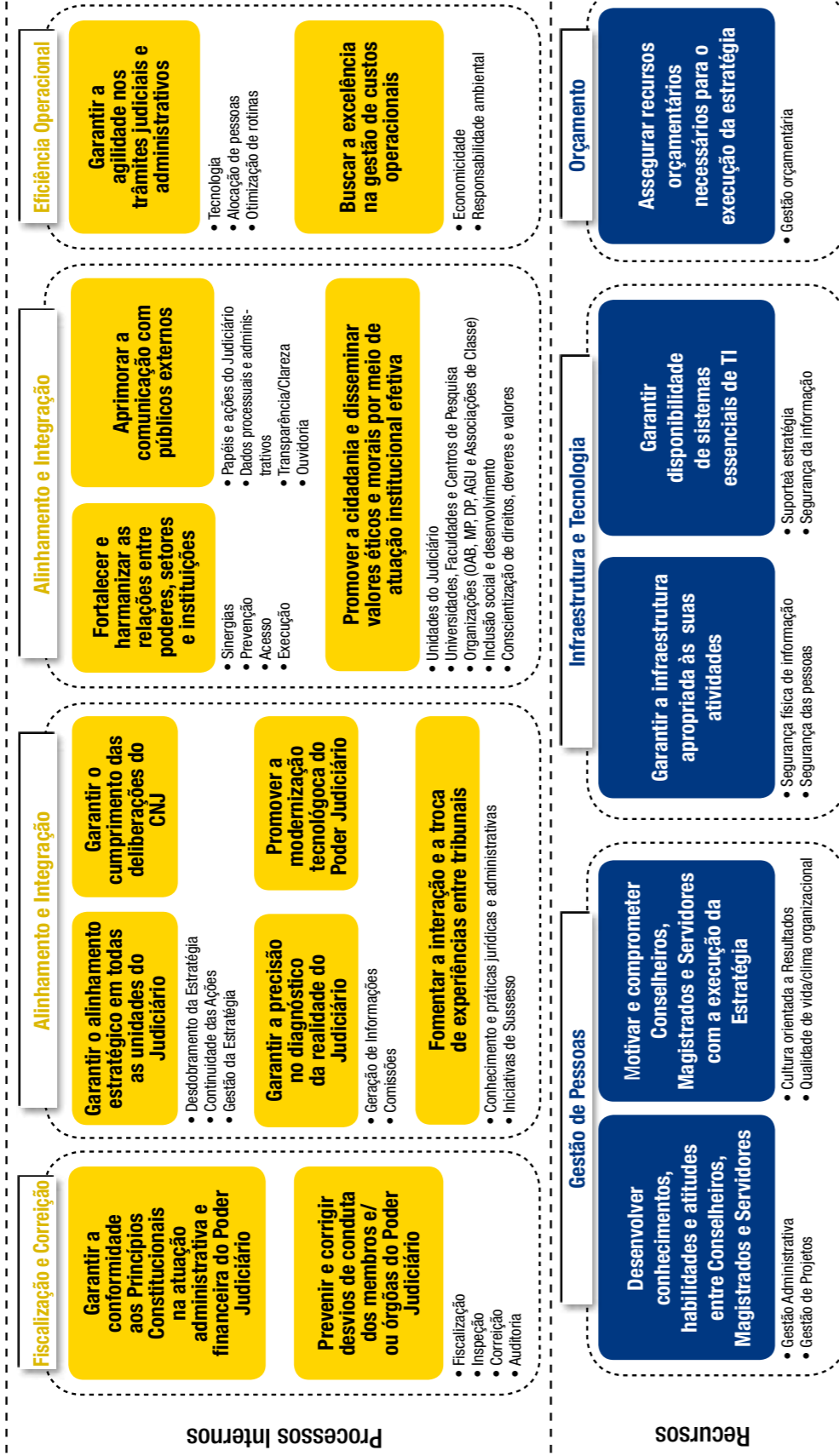
O Plano Estratégico do CNJ é o documento que consolida o planejamento de médio prazo, que estabeleceu a direção a ser seguida. Ele congregou a identidade organizacional expressa pela definição de missão, visão e valores do CNJ. Contemplou também, os objetivos estratégicos e as iniciativas que favorecem o seu alcance.

A prática da gestão de projetos aliada ao planejamento estratégico produz resultados expressivos para a melhoria do desempenho das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Para o CNJ, a gestão de projetos é um importante fator para a consolidação dos novos paradigmas de gestão de negócios, especialmente os relativos à adoção de atitude predominantemente proativa de antecipação às demandas, de melhor utilização do potencial dos servidores e da responsabilidade de cada profissional pela realização de seu trabalho.

A Gestão de Procedimentos de trabalho foi realizada durante o ano de 2009 e resultou no manual de organização do CNJ incluindo as atribuições de cada área e seus fluxos de trabalho.

O Planejamento Estratégico do CNJ até o nível de projetos, foi aprovado em dezembro de 2009 e apresenta o seguinte detalhamento:

Missão: Contribuir para que a prestação judicial seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.



**MISSÃO:**

Contribuir para que a prestação judicial seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da Sociedade.

Descrição da Missão:

Contribuir para a efetividade da prestação judicial para obter o reconhecimento da Sociedade.

**VISÃO:**

Ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

**Descrição da Visão:**

Coordenar a gestão do Poder Judiciário, atuando em parceria com suas unidades para que alcancem seus objetivos estratégicos, visando à melhoria da prestação judicial.

**ATRIBUTOS DE VALOR PARA SOCIEDADE:**

- Agilidade
- Ética
- Imparcialidade
- Probidade
- Transparência

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:**

- Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e órgãos do Poder Judiciário.
- Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.
- Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ.
- Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário.
- Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.
- Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.
- Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.
- Aprimorar a comunicação com públicos externos.
- Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.
- Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
- Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores.
- Motivar e comprometer conselheiros, magistrados e servidores com a execução da Estratégia.
- Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades.
- Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.
- Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.

**TEMA: GESTÃO DE PESSOAS**

**Objetivo Estratégico 1:** Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores.

**Descrição do Objetivo:** Garantir que os Conselheiros, Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

**Linhas de Atuação:**

- Gestão e execução da estratégia;
- Gestão administrativa;
- Gestão de projetos.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
01	Índice de capacitação nas competências estratégicas	Obter 85% no índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014.					
		10%	60%	70%	75%	80%	85%
02	Índice de capacitação do Poder Judiciário em EAD nas competências estratégicas*	Capacitar, a distância, 70% dos administradores do Judiciário nas competências estratégicas até 2014.					
		-	40%	45%	50%	65%	70%
03	Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	Obter 80% das unidades do judiciário com pelo menos 80% dos itens do Plano Nacional de Capacitação atendida, até 2014.					
		-	40%	45%	50%	65%	80%
04	Percentual do orçamento de aplicado em capacitação	Aplicar 5,10% do valor do orçamento executado em capacitação até 2014.					
		1,80%	3,80%	3,99%	4,19%	4,39%	5,10%

\* Competências Estratégicas: Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Procedimentos de trabalho, gestão da informação e gestão de pessoas.

**Projetos e ações:**

01 - Gestão por competências (novo)

Responsável: DRH

**Banco de talentos**

Responsável: DRH

02 - Políticas nacionais de capacitação (novo)

Responsável: DGE

Coordenação de EAD nacional

Responsável: DGE

Elaboração do Plano Nacional de Capacitação (novo)

Responsável: DGE

• 03 - Plano de Capacitação funcional

Responsável: DRH

Implantação de EAD interna

Responsável: DRH

**TEMA: GESTÃO DE PESSOAS**

**Objetivo Estratégico 2:** Motivar e comprometer conselheiros, magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

**Descrição do Objetivo:** Elevar o nível de comprometimento e motivação dos conselheiros, magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.

**Linhas de Atuação:**

- Comunicação interna;
- Cultura orientada a resultados;
- Qualidade de vida/Clima organizacional.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
05	Índice de alcance das metas	Alcançar 100% das metas até 2014.					
		-	35%	45%	65%	85%	100%
06	Índice do clima Organizacional do CNJ	Obter 80% no índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014.					
		-	70%	72%	75%	78%	80%
07	Índice de absenteísmo	Reduzir para 2% o índice de absenteísmo até 2014.					
		-	4,0%	3,5%	3,0%	2,5%	2%
08	Índice de prevenção de saúde	Atingir 100% do índice de prevenção de saúde até 2014.					
		-	95%	100%	100%	100%	100%

**Projetos e ações:**

• 05 - Plano de comunicação da estratégia do CNJ (novo)

Responsável: DGE/ASCOM

• 06 - Ações de melhoria do clima organizacional

Responsável: DRH

• 08 - Plano de saúde

Responsável: DRH

Sistema de consignação

Responsável: DRH

**TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA**
**Objetivo Estratégico 1:** Garantir a infra-estrutura apropriada às atividades.

**Descrição do Objetivo:** Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos Conselheiros, Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.

**Linhas de Atuação:**

- Segurança física da informação;
- Segurança das pessoas.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
09	Índice de aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário	Atender 100% dos itens de padrões mínimos de TI, estabelecidos para o Judiciário até 2014.					
		-	60%	70%	80%	90%	100%
10	Índice de percepção em relação à satisfação com as instalações físicas do CNJ	Obter 80% no índice de avaliações positivas sobre instalações físicas*, até 2014.					
		-	50%	60%	70%	75%	80%
11	Índice de condições de trabalho no CNJ	Atender 100% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais até 2014.					
		-	60%	70%	80%	90%	100%

\*adequação das instalações a ser acompanhada na pesquisa de clima organizacional, (espaço, mobiliário, climatização, higiene, limpeza, etc.).

**Projetos e ações:**

- 09 - Execução do PDTI  
Responsável: DTI
- 10 - Melhoria da infraestrutura física  
Responsável: SAD
- 11 - Melhoria da infraestrutura física  
Responsável: SAD

**TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA**
**Objetivo Estratégico 2:** Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

**Descrição do Objetivo:** Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

**Linhas de Atuação:**

- Suporte à Estratégia;
- Segurança da Informação.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
12	Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia no CNJ	Elevar para 99% o índice de disponibilidade de equipamentos até 2014.					
		-	95%	96%	97%	98%	99%
13	Índice de disponibilidade de sistemas on-line no CNJ	Elevar para 99% o índice de disponibilização de sistemas em 2014.					
		-	99%	99%	99%	99%	99%
14	Índice de ataques externos e internos, impedidos do CNJ	Resolver pelo menos 99% dos ataques automaticamente pela infraestrutura, até 2014.					
		-	95%	96%	97%	98%	99%
15	Índice de ocorrências de segurança causadas por incidentes no ambiente computacional físico e/ou lógico que afetam a operação do negócio do CNJ	Garantir que 80% das ocorrências não afetem a operação do negócio até 2014.					
		-	40%	50%	60%	70%	80%
16	Índice de alcance das metas do PDTI (Planejamento Estratégico em TI do CNJ)	Alcançar 100% das metas até 2014.					
		-	80%	85%	90%	95%	100%

**Projetos e ações:**

- 12 - Sala Cofre  
Responsável: DTI
- Execução do PDTI  
Responsável: DTI
- 13 - Governança de TI (novo)  
Responsável: DTI

**TEMA: ORÇAMENTO**

**Objetivo Estratégico 1:** Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.

**Descrição do Objetivo:** Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

**Linhas de Atuação:**

- Gestão Orçamentária.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
17	Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 60% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014.					
		-	50%	53%	55%	58%	60%
18	Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal até 2014.					
		-	95%	96%	97%	98%	100%
19	Índice de execução do orçamento disponibilizado	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento até 2014.					
		-	95%	96%	97%	98%	100%

**Projetos e ações:**

- 17 - Fundo de Reparelhamento do Judiciário (novo)  
Responsável: SG
- 18 - Capacitação em gestão de projetos (novo)  
Responsável: DGE
- Normatização da priorização de projetos (novo)  
Responsável: DGE
- 19 - Criação de equipe multidisciplinar para desenvolvimento em licitações e contratos (novo)  
Responsável: SAD

**TEMA: FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO**

**Objetivo Estratégico 1:** Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

**Descrição do Objetivo:** Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário para garantir a conformidade com os Princípios Constitucionais Administrativos e com a Legislação.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
20	Índice de acesso ao CNJ	Garantir 80% de avaliação positiva sobre acesso ao CNJ até 2014.					
		-	60%	65%	70%	75%	80%
21	Índice de conformidade das nas inspeções	Obter 80% de conformidade nas inspeções de retorno em todos os tribunais, até 2014.					
		-	20%	35%	55%	70%	80%

**Projetos e ações:**

- 20 – Pesquisa de opinião (novo)  
Responsável: DGE/DPJ
- 21 – Inspeções da Corregedoria  
Responsável: Corregedoria



**TEMA: FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO**

**Objetivo Estratégico 2:** Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e órgãos do Poder Judiciário.

**Descrição do Objetivo:** Realizar ações de prevenção e correção no cumprimento dos deveres funcionais dos membros e órgãos do Poder Judiciário. (Observar Lei Orgânica da Magistratura e Código de Ética da Magistratura Nacional).

**Linhas de Atuação:**

- Fiscalização;
- Inspeção;
- Correição;
- Auditoria.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
22	Número de Tribunais inspecionados com retorno	Inspeccionar 7 (sete) tribunais anualmente, até 2014.					
		4	7	7	7	7	7
23	Índice de descentralização de RDs e REPs	Descentralizar 90% da execução de RDs e REPs até 2014.					
		70%	70%	75%	80%	85%	90%

**Projetos e ações:**

- 22 - Inspeções da Corregedoria  
Responsável: Corregedoria  
Justiça Aberta  
Responsável: Corregedoria/DPJ  
Cadastro de Improbidade Administrativa  
Responsável: Corregedoria  
Sistema de Informação da Corregedoria  
Responsável: Corregedoria
- 23 - Descentralização de RDs e REPs pela Corregedoria  
Responsável: Corregedoria

**TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**

**Objetivo Estratégico 1:** Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário

**Descrição do Objetivo:** Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados no curto, médio e longo prazos (continuidade).

**Linhas de Atuação:**

- Desdobramento da Estratégia;
- Continuidade das Ações;
- Gestão da Estratégia.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
24	Índice de avaliação da estratégia	Realizar pelo menos uma reunião de execução da estratégia por trimestre, com o comitê de gestão estratégica*, por ano.					
		-	100%	100%	100%	100%	100%
25	Índice de sucesso na execução de projetos estratégicos	Obter 95% de sucesso na execução de projetos estratégicos até 2014.					
		-	70%	80%	85%	90%	95%

**Projetos e ações:**

- 24 - Realização das RAE's  
Responsável: DGE  
Gestão Estratégica Nacional  
Responsável: DGE  
Gestão Estratégica do CNJ  
Responsável: DGE
- 25 - Reestruturação do CNJ – nova estrutura organizacional e otimização de processos  
Responsável: DGE  
Implantação do Escritório de Projetos  
Responsável: DGE  
Capacitação em Gestão de Projetos  
Responsável: DGE

**TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**
**Objetivo Estratégico 2:** Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ

**Descrição do Objetivo:** Garantir que todas as deliberações do CNJ sejam cumpridas pelos órgãos do Poder Judiciário.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
26	Índice de cumprimento das deliberações do CNJ	Obter 100% dos Tribunais com informação acerca das deliberações que demandam acompanhamento até 2014.					
		-	100%	100%	100%	100%	100%
27	Índice de cumprimento das Resoluções do CNJ	Obter 100% dos Tribunais com informação acerca das resoluções que demandam acompanhamento até 2014.					
		-	100%	100%	100%	100%	100%

**Projetos e ações:**

- 26 - Estruturação da Seção de Acompanhamento do cumprimento das deliberações do CNJ  
Responsável: SG/DGE  
  
Sistema Nacional de Controle de Interceptações  
Responsável: Corregedoria
- 27 - Verificação in loco do cumprimento das Resoluções (novo)  
Responsável: SG/DGE

**TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**
**Objetivo Estratégico 3:** Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário

**Descrição do Objetivo:** Realizar pesquisas para levantamento de dados que apresentem a realidade do Poder Judiciário subsidiando a elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais.

**Linhas de Atuação:**

- Geração de informação;
- Comissões.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
28	Índice de conclusão de levantamento de dados, estudos e relatórios de pesquisa	Concluir e publicar 100% de levantamento de dados, estudos e relatórios de pesquisas previstos no plano até 2014.					
		-	60%	70%	80%	90%	100%
29	Índice de alcance das metas dos programas de pesquisa	Alcançar 100% das metas previstas nos programas de pesquisa até 2014.					
		-	80%	85%	90%	95%	100%

**Projetos e ações:**

- 28 - Justiça em Números  
Responsável: DPJ  
  
Conflitos fundiários rurais  
Responsável: DPJ
- 29 - CNJ Acadêmico  
Responsável: DPJ  
  
Gestão documental  
Responsável: DPJ  
  
Acesso a justiça infante juvenil  
Responsável: DPJ

**TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**

**Objetivo Estratégico 4:** Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.

**Descrição do Objetivo:** Modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação, especialmente o processo eletrônico, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
30	Índice de alcance das metas do PETI	Assegurar que 90% das metas do PETI sejam atendidos pelos Tribunais até 2014.					
		-	20%	40%	60%	80%	90%

**Projetos e ações:**

- 30 - Planejamento Estratégico Nacional em TI (CGTI)

Responsável: DTI

Governança de TI

Responsável: DTI

Aperfeiçoamento do processo eletrônico

Responsável: DTI

Interoperabilidade de sistemas

Responsável: DTI

Modelo de desenvolvimento de sistemas

Responsável: DTI

Plano Diretor de TI

Responsável: DTI

Política de Segurança da Informação

Responsável: DTI

Apoio aos tribunais para atendimento aos padrões mínimos de TI

Responsável: DTI

Infovia

Responsável: DTI

Malote Digital

Responsável: DTI

VEC Virtual

Responsável: DTI

**TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**

**Objetivo Estratégico 5:** Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.

**Descrição do Objetivo:** Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

**Linhas de Atuação:**

- Conhecimento e práticas jurídicas e administrativas;
- Iniciativas de sucesso.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
31	Índice de práticas validadas	Obter 100% das práticas validadas no Banco e transferidas para o modelo de plano de projeto com detalhes de implantação, até 2014.					
		-	30%	60%	70%	90%	100%

**Projetos e ações:**

- 31 - Aperfeiçoamento do Banco de Boas Práticas e de Gestão do Poder Judiciário

Responsável: DGE

Cooperação jurídica internacional

Responsável: DPJ

Parceira com Innovare e PNQ

Responsável: DGE

**TEMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Objetivo Estratégico 1:** Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

**Descrição do Objetivo:** Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça, o cumprimento das decisões judiciais, a prevenção de grandes demandas, a conciliação e solução coletiva de processos judiciais. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população.

Coordenar ações convergentes das Agências governamentais para melhor administração da Justiça.

**Linhas de Atuação:**

- Sinergias;
- Prevenção;
- Acesso;
- Execução.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
32	Índice de parcerias com resultados concretos com os demais poderes, setores e instituições	Aumentar para 80% o índice de parcerias com resultados concretos, até 2014.					
		-	50%	60%	70%	75%	80%

**Projetos e ações:**

- 32 - Gestão de Parcerias para resultados concretos (novo)

Responsável: SG

Bloqueio e penhora de imóveis

Responsável: SG

Liquidação eletrônica

Responsável: SG

Centralização de informação processual e criminal MP e Polícias

Responsável: SG

**TEMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Objetivo Estratégico 2:** Aprimorar a comunicação com públicos externos

**Descrição do Objetivo:** Aprimorar a comunicação com públicos externos disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do CNJ, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários. Utilizar a ouvidoria como forma de aproximação com a sociedade.

**Linhas de Atuação:**

- Papéis e ações do judiciário;
- Dados processuais e administrativos;
- Transparência/Clareza;
- Ouvidoria.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
33	Índice de conhecimento e reconhecimento do CNJ pela sociedade	Obter 90% de reconhecimento do CNJ, como instrumento efetivo de desenvolvimento do PJ até 2014.					
		-	60%	65%	70%	80%	90%
34	Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na internet	Disponibilizar conteúdo integral e inteiro teor de 100% dos processos até 2014.					
		-	90%	92%	95%	98%	100%
35	Índice de Tribunais com informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Obter 100% dos tribunais com pelo menos 80% das informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet até 2014.					
		-	67%	75%	90%	95%	100%
36	Números de inserções institucionais na mídia	Aumentar o número de inserções institucionais na mídia para 27.500 até 2014.					
		-	25,5 mil	26 mil	26,5 mil	27 mil	27,5 mil
37	Índice de matérias institucionais positivas e neutras	Obter 98% de matérias institucionais positivas e neutras na mídia em 2014.					
		-	96%	96,5%	97%	97,5%	98%
38	Índice de atendimento da ouvidoria	Dar resposta a 99% das demandas da ouvidoria em até cinco dias, até 2014.					
		-	90%	93%	95%	97%	99%

**Projetos estratégicos:**

- 33 - Política de Comunicação Social

Responsável: ASCOM

Pesquisa de opinião

Responsável: DPJ/DGE

Portal de redes sociais

Responsável: ASCOM

- 34 - Aperfeiçoamento do E-CNJ

Responsável: SP

- 35 - Criação de sistema integrado de informações orçamentárias incluindo a justiça estadual (novo)

Responsável: DOR

• 36 - Portal CNJ  
Responsável: ASCOM

• 37 - Portal CNJ  
Responsável: ASCOM

Política de Comunicação Social  
Responsável: ASCOM

• 38 - Estruturação da ouvidoria  
Responsável: Ouvidoria

**TEMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Objetivo Estratégico 3:** Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

**Descrição do Objetivo:** Promover a inclusão social e o desenvolvimento por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. Bem como fomentar a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos Magistrados e Servidores do CNJ, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, AGU, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito e Centros de Pesquisa.

**Linhas de Atuação:**

- Unidades do Judiciário;
- Universidades, Faculdades e Centros de Pesquisa;
- Organizações (OAB, MP, DP, AGU, Associações de Classe);
- Inclusão Social e Desenvolvimento;
- Conscientização de Direitos, Deveres e Valores.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
39	Número de ações de promoção de valores éticos e morais	Realizar pelo menos duas ações em nível nacional relacionadas à disseminação de valores éticos e morais, anualmente.					
		-	2	2	2	2	2
40	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	Aumentar para pelo menos 250 mil o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais até 2014.					
		-	50 mil	100 mil	150 mil	200 mil	250 mil

**Projetos e ações:**

• 39 - Gestão ambiental  
Responsável: DPJ

Começar de novo  
Responsável: SG

Mutirão carcerário  
Responsável: SG

Sistema carcerário  
Responsável: SG

Conciliação  
Responsável: SG

VEC Virtual  
Responsável: SG

InfoPen  
Responsável: SG

Cadastro nacional de inspeções nos estabelecimentos penais  
Responsável: SG

Sistema nacional de bens apreendidos  
Responsável: SG

• 40 - Registro civil  
Responsável: Corregedoria

Cadastro nacional de adoção  
Responsável: SG

Efetividade da lei Maria da penha  
Responsável: SG

Casa de justiça e cidadania  
Responsável: SG

Nossas crianças  
Responsável: SG

**TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

**Objetivo Estratégico 1:** Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

**Descrição do Objetivo:** Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos e assegurar a razoável duração do processo.

**Linhas de Atuação:**

- Tecnologia;
- Alocação de pessoas;
- Otimização de Rotinas;

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
41	Taxa de Congestionamento conselheiros (conhecimento e execução)	Reduzir a taxa de congestionamento dos Conselheiros para 10% até 2014.					
		-	25%	22%	20%	15%	10%
42	Taxa de congestionamento Corregedoria (conhecimento e execução)	Reduzir para 20% a taxa de congestionamento da Corregedoria até 2014.					
		-	50%	40%	30%	25%	20%
43	Índice de agilidade no julgamento – processos dos Conselheiros	Aumentar para 95% o percentual de processos baixados pelos Conselheiros em até quatro meses até 2014.					
		-	88%	90%	92%	94%	95%
44	Índice de agilidade no julgamento – processos da corregedoria	Aumentar para 80% o percentual de processos baixados pela Corregedoria em até quatro meses, até 2014.					
		-	60%	65%	70%	75%	80%
45	Adequação dos processos à estratégia	99% dos processos de trabalho alinhados à estratégia e ao manual de organização até 2014.					
		-	80%	85%	90%	95%	99%
46	Índice de processos antigos dos conselheiros	Baixar todos os processos pendentes dos conselheiros, do segundo ano anterior ao corrente até 2014.					
		-	3%	2%	1%	0,5%	0%
47	Índice de processos antigos da Corregedoria	Baixar todos os processos pendentes da corregedoria, do segundo ano anterior ao corrente até 2014.					
		-	1%	0,8%	0,5%	0,2%	0%
N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
48	Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão até 2014.					
		-	70%	75%	80%	85%	90%
49	Índice de cumprimento da Resolução 30	Julgar 95% dos PADs em 105 dias (prazo padrão) até 2014.					
		-	20%	40%	60%	80%	95%
50	Índice de atendimento à demanda processual dos conselheiros	Baixar 100% da quantidade de novos processos e mais 30% do resíduo de processos dos Conselheiros, até 2014.					
		-	100%	115%	120%	125%	130%
51	Índice de atendimento à demanda processual da Corregedoria	Baixar 100% da quantidade de novos processos e mais 20% do resíduo de processos da Corregedoria, até 2014.					
		-	100%	105%	110%	115%	120%

**Projetos e ações:**

- 41 a 44, 46 a 48 e 51

Aperfeiçoamento do processo de digitalização (novo)  
Responsável: SP

Aperfeiçoamento do E-CNJ  
Responsável: SP/DTI

Reestruturação do CNJ  
Responsável: DGE/SG

- 42 - Descentralização de REPs e RDs  
Responsável: Corregedoria

Gestão da Informação (novo)  
Responsável: Corregedoria

Verificação de estatística  
Responsável: Corregedoria

- 45 - Alinhamento dos processos de trabalho à estratégia e ao Manual de Organização  
Responsável: DGE

- 48 - Otimização dos processos de trabalho  
Responsável: DGE

Reestruturação do CNJ  
Responsável: DGE

Programa Integrar (nacional)  
Responsável: SG

**TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

**Objetivo Estratégico 2:** Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

**Descrição do Objetivo:** Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

**Linhas de Atuação:**

- Economicidade;
- Responsabilidade Ambiental;

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
52	Redução do consumo de material de insumos per capita	Reduzir em 50% o valor destinado ao consumo de insumos, até 2014.					
		-	10%	20%	30%	40%	50%
53	Redução nas despesas de combustível	Reduzir em 30% o consumo de combustível, em litros, até 2014.					
		-	10%	15%	20%	25%	30%
54	Redução nas despesas de telefonia	Reduzir em 30% o valor da despesa com telefonia, até 2014.					
		-	10%	15%	20%	25%	30%
55	Redução do consumo de água e energia per capita	Reduzir em 30% o consumo de água e energia (kW e m3), per capita, até 2014.					
		-	10%	15%	20%	25%	30%

**Projetos estratégicos:**

- 52 - Processo eletrônico administrativo  
Responsável: SAD

Conscientização dos servidores para a racionalização de custos  
Responsável: SAD

Gestão de custo com postagem  
Responsável: SAD

Gestão ambiental  
Responsável: DPJ

- 53 - Racionalização de uso de combustíveis  
Responsável: SAD

- 54 - Racionalização de custos na telefonia  
Responsável: SAD

- 55 - Racionalização de custos com água e energia  
Responsável: SAD



**Visão: Ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.**

**Descrição da Visão:** Coordenar a gestão do Poder Judiciário, atuando em parceria com suas unidades para que alcancem seus objetivos estratégicos, visando à melhoria da prestação jurisdicional.

**Indicadores e metas:**

N.º	Indicador	Metas					
		Ano base	2010	2011	2012	2013	2014
56	Índice de reconhecimento do CNJ pelo Poder Judiciário	Obter 90% de reconhecimento do CNJ, como instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário, até 2014.					
		-	60%	65%	70%	80%	90%
57	Índice de satisfação do cliente do CNJ quanto ao atendimento	Assegurar 80% de aprovação na pesquisa de satisfação do usuário, até 2014.					
		-	60%	65%	70%	80%	90%

**Projetos e ações:**

- 56 - Deliberações do colegiado  
Responsável: Conselheiros

Pesquisa de satisfação dos tribunais (novo)  
Responsável: DGE/DPJ

- 57 - Pesquisa de satisfação do cliente do CNJ (novo)  
Responsável: DGE/DPJ

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PETI



### 3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM TI

A área de Tecnologia da Informação (TI) consiste em um dos pilares da atuação do CNJ desde a sua criação. Grande parte dos aperfeiçoamentos propostos em termos de racionalização e uniformização procedimental, modernização e em progressos gerenciais demandam ações no domínio tecnológico. Além disso, sistemas informatizados, desde que adequadamente formulados, podem contribuir para aumentar a conexão e o intercâmbio informativo entre os diferentes órgãos componentes do Poder Judiciários.

Merece registro a importante prioridade do CNJ de aumentar o grau de comunicação no âmbito do Judiciário, promovendo políticas convergentes e harmônicas.

A Comissão de Informatização, Modernização e Projetos Especiais – cuja denominação foi recentemente alterada para Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura – tem a missão de formular propostas com o objetivo de estabelecer parâmetros nacionais de informatização aos setores do Poder Judiciário brasileiro, de modo a promover níveis crescentes de qualidade, eficiência, transparência, interoperabilidade e acesso à Justiça, sem prejuízo da autonomia e independência dos respectivos núcleos já existentes, é composta por 03 (três) Conselheiros e, desde junho de 2009, auxiliada por 02 (dois) Juízes Auxiliares.

Destacam-se, como seus objetivos primordiais, o incentivo ao uso de novas tecnologias a serviço dos cidadãos, advogados, magistrados e serventuários da justiça, com o propósito de combater a morosidade e proporcionar maior celeridade processual.

Também se pretende estabelecer padrões para o aperfeiçoamento da análise das informações e dos dados estatísticos para intercâmbio e gerenciamento de informações entre os sistemas do Poder Judiciário.

Considerando a diversidade dos Tribunais brasileiros, notadamente no que tange ao nível de informatização, foi criado o Comitê Nacional de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário, por meio da Portaria nº 361, de 28 de agosto de 2008. O Comitê tem o objetivo de diagnosticar a situação de toda a rede informatizada do Poder Judiciário e sugerir diretrizes de uniformização e padronização, auxiliando a Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e o Plenário na adoção de políticas nacionais na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O Comitê Nacional de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário tem também as atribuições de promover estudos, coordenar trabalhos para propor ao Conselho Nacional de Justiça critérios para orientar a aquisição de bens e serviços alusivos à área de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, bem como propor as políticas adequadas no que diz respeito à segurança da informação.

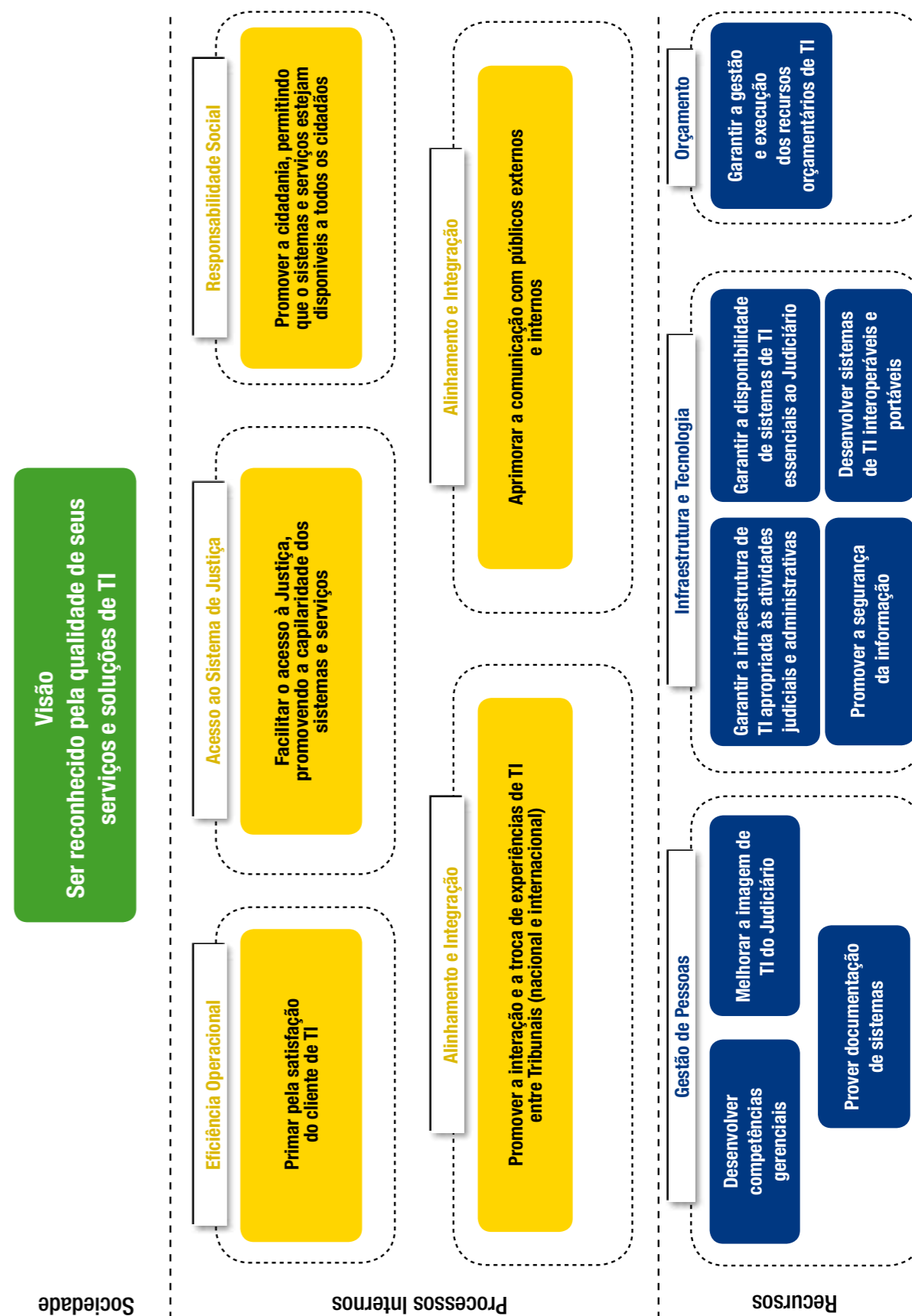
Um diagnóstico sobre a situação do Judiciário Brasileiro elaborado pelo Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário (CNG-TI) revelou o nível de informatização dos tribunais e de cada ramo do judiciário brasileiro. Os dados servem de subsídios para que o CNJ desenvolva sistemas que agilizem o julgamento dos processos. Permitiu ao CNJ, ainda, definir estratégias na área de tecnologia de informação, focando esforços nas regiões em que o tema está menos desenvolvido. Tal diagnóstico está em constante evolução e aperfeiçoamento, permitindo o acompanhamento das alterações das situações dos Tribunais.

Nesse contexto se insere a Resolução nº 90 do Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu parâmetros mínimos de nivelamento na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, a serem alcançados por todos os Tribunais do país no prazo máximo de 05 (cinco) anos, sendo, pelo menos, 20 % (vinte por cento) a cada ano.

Destaque-se, ainda, a edição da Resolução nº 91 do Conselho Nacional de Justiça, que definiu o Modelo de Requisitos de Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário.

#### MAPA ESTRATÉGICO DE TI DO PODER JUDICIÁRIO

Missão: Prover soluções tecnológicas efetivas para que o Judiciário cumpra sua função Institucional



### TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

#### Objetivo 1: Primar pela satisfação do cliente TIC.

##### Descrição do Objetivo:

Disponibilizar infraestrutura e serviços de TIC com qualidade e presteza para Garantir a satisfação do cliente e agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos.

##### Ações Sugeridas:

- Realizar a gestão por competência, promovendo a capacitação de pessoal
- Implantar os processos de suporte a serviços preconizados no ITIL;
- Estabelecer sistema automatizado dos processos do ITIL;

##### Indicador e Meta:

Indicador 1: Tempo de atendimento às solicitações dos usuários

Meta: 70% dos incidentes, atendidos em até 10 minutos.

Indicador 2: Tempo gasto na solução das demandas dos usuários

Meta: 70% dos incidentes solucionados conforme NASs (SLAs) estabelecidos

Indicador 3: Índice de satisfação de Magistrados e servidores com os equipamentos

Meta: 80% de satisfação dos usuários - medidos pela Central de Serviços (Service Desk)

Indicador 4: Índice de satisfação de Magistrados e servidores com os sistemas

Meta: 80% de satisfação dos usuários - medidos pela Central de Serviços (Service Desk)

Indicador 5: Índice de satisfação de Magistrados e servidores com a documentação dos sistemas

Meta: 80% de satisfação dos usuários - medidos pela Central de Serviços (Service Desk)

### TEMA: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

#### Objetivo 2: Facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços

##### Descrição do Objetivo:

Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Nota – esse objetivo será atendido de forma indireta. Isto é, o objetivo será atendido a partir da disponibilização de infraestrutura e serviços de TIC em todas as unidades do Judiciário.

##### Ações Sugeridas:

- Incentivar a descentralização dos serviços judiciais, inclusive por meio de postos avançados de atendimento eletrônico;
- Incrementar a disponibilização de assuntos judiciais e administrativos nos Portais do Judiciário.

### TEMA: RESPONSABILIDADE SOCIAL

#### Objetivo 3: Promover a cidadania, permitindo que os sistemas e serviços estejam disponíveis a todos os cidadãos

##### Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para facilitar o acesso do cidadão ao Judiciário.

Nota – esse objetivo será atendido de forma indireta. Isto é, o objetivo será atendido a partir da disponibilização de infraestrutura e serviços de TIC em todas as unidades do Judiciário.

##### Ações Sugeridas:

- Tornar disponíveis sistemas que possam suportar uma política de segurança pública com cidadania;
- Firmar parcerias com entidades públicas e privadas para educação e inserção social de menores infratores, menores carentes e vítimas da prostituição infantil;
- Utilizar o Cadastro Nacional de Adoção;

### TEMA: ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

#### Objetivo 4: Promover a interação e a troca de experiências de TIC entre tribunais (nacional e internacional)

##### Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades do Judiciário troquem experiências e expertises no segmento de TIC. Que possam desenvolver projetos de forma cooperativa, poupando tempo e recursos.

##### Ações Sugeridas:

- Desenvolver planejamento estratégico de TIC plurianual alinhado à estratégia do Poder Judiciário;
- Aprovar o planejamento de TIC de cada Tribunal no Tribunal Pleno ou Órgão Especial;
- Estabelecer indicadores desafiadores de curto, médio e longo prazos e respectivas metas para mensuração do seu alcance;
- Assegurar a participação dos magistrados e servidores na concepção e execução do planejamento;
- Estruturar a unidade administrativa responsável pela gestão estratégica (Resolução 49/CNJ);
- Implantar escritório e metodologia de gerenciamento de projetos.

##### Indicador e Meta:

Indicador 6: Quantidade de sistemas desenvolvidos em parceria, pelos Tribunais

Meta: no mínimo 05 projetos desenvolvidos em parceria até dez/2010

Indicador 7: Índice de atendimento aos padrões nacionais recomendados pelo CNJ

Meta: 70% dos padrões estabelecidos, implantados até dez/2010 para uso pelo Judiciário

Indicador 8: Índice de implantação de sistemas nacionais, pelos Tribunais.

Meta: 70% dos Tribunais aderirem aos Sistemas Nacionais propostos pelo CNJ (implantarem), anualmente

### TEMA: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

#### Objetivo 5: Aprimorar a comunicação com públicos externos e internos

##### Descrição do Objetivo:

Disponibilizar as informações processuais e administrativas de forma clara e objetiva facilitando o acesso e o entendimento das mensagens

##### Ações Sugeridas:

- Celebrar parcerias e convênios com entidades públicas e privadas para viabilizar projetos de TIC que beneficiem os públicos interno e externo;
- Firmar parcerias e convênios para implementar projetos de interesse comum, inclusive mecanismos que viabilizem a comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e os outros Poderes, setores e instituições.

##### Indicador e Meta:

Indicador 9: Índice de disponibilidade das informações pelo portal META: Assegurar que 90% de todas as informações possíveis estejam disponíveis no Portal garantindo estabilidade, desempenho, usabilidade e acessibilidade.

Indicador 10: Índice de automação das informações processuais e administrativas do Tribunal  
Meta: 70% de automação das informações processuais e administrativas disponibilizadas

### TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

#### Objetivo 6: Melhorar a imagem de TIC do Judiciário.

##### Descrição do Objetivo:

Garantir que os diversos usuários de TIC do Judiciário tenham suas necessidades atendidas e assim possam reconhecer a qualidade dos serviços prestados.

##### Ações Sugeridas:

- Aperfeiçoar e capacitar continuamente os servidores de TIC em conhecimentos específicos;
- Capacitar magistrados e servidores na utilização do processo eletrônico e demais sistemas de TIC;
- Capacitar magistrados e servidores em gestão e execução da estratégia, gestão administrativa, de pessoas e de projetos;
- Promover cursos de capacitação em atendimento ao público;
- Acompanhar e avaliar a eficácia de treinamentos por intermédio de pesquisas e índice de alcance dos objetivos estratégicos;
- Capacitar em gestão por competências, de modo a incentivar o melhor aproveitamento das habilidades;
- Disponibilizar sistemas e serviços para fomentar o uso dos instrumentos de educação à distância, viabilizando a capacitação de um número maior de servidores.

##### Indicador e Meta:

Indicador 11: índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC  
Meta: 80% de satisfação dos usuários - medidos pela Central de Serviços (Service Desk)

Indicador 12: índice de qualidade dos serviços prestados pela TIC  
Meta: 70% dos serviços prestados dentro do NAS - Nível de Acordo de Serviço, especificado para cada serviço

Indicador 13: índice de satisfação dos usuários externos com os serviços de TIC prestados pelo Judiciário  
Meta: 80% de satisfação dos usuários - medidos pela Central de Serviços (Service Desk)

#### Objetivo 7: Desenvolver competências gerenciais.

##### Descrição do Objetivo:

Disponibilizar treinamentos para os gestores, como forma de elevar o nível de qualidade do gerenciamento dos serviços e infraestrutura de TIC.

##### Ações Sugeridas:

- Capacitar magistrados e servidores em gestão e execução da estratégia, gestão de processos de infraestrutura e serviços de TI;
- Capacitar servidores na alimentação dos sistemas processuais, para que reflitam com exatidão o andamento do processo;
- Promover cursos de capacitação em atendimento ao público;
- Capacitar em gestão por competências, de modo a incentivar o melhor aproveitamento das habilidades;
- Fomentar o uso dos instrumentos de educação à distância para formação de gestores de TIC;

##### Indicador e Meta:

- Indicador 15: nível de capacitação gerencial
- Meta: 80% dos gestores de TIC treinados em governança de TIC (BSC, ITIL, Cobit) até dez/2010
- Indicador 16: Índice de competência na gestão de serviços e infraestrutura de TIC
- Meta: 70% de Implantação da Central de Serviços (service Desk) com automação dos processos de incidentes, problemas, mudanças, liberações e configurações até dez/2010
- Indicador 17: índice de mapeamento dos produtos e serviços fornecidos pela TIC
- Meta: 80% dos produtos e serviços de TI mapeados até dez/2010 e 90% até 2011
- Indicador 18: Implantação de Escritório e Metodologia de gerenciamento de projetos
- Meta: 70% do Judiciário com Escritório de Projetos e metodologia Implantados até dez/2010
- Indicador 19: índice de sucesso na execução de projetos estratégicos
- Meta: 70% dos projetos executados dentro do escopo, tempo e custos definidos, até 2011

**TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA**

**Objetivo 8: Garantir a infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas**

**Descrição do Objetivo:**

Atender às metas e padrões estabelecidos pelo CNJ, propiciando os recursos tecnológicos necessários ao bom desempenho das unidades judiciais

**Ações Sugeridas:**

- Dotar as unidades judiciárias de infraestrutura e serviços de TIC adequados e proporcionais à demanda;
- Capacitar servidores nas tecnologias adotadas de modo a garantir a manutenção adequada.

**Indicador e Meta:**

Indicador 24: Tempo de atualização das configurações dos ativos de TIC

Meta: 90% dos itens de configurações estejam atualizados – mensalmente [com base no inventário], em dez/2010, 92% em dez/2011, 94% em dez/2012 até 98% em dez/2014

Indicador 25: Percentual de cumprimento dos requisitos de infraestrutura definidos na Resolução de Nivelamento de TI do CNJ

Meta: 70% dos Tribunais, obedecendo aos níveis da resolução

**Objetivo 9: Promover a segurança da informação**

**Descrição do Objetivo:**

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos e sistemas de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário.

**Ações Sugeridas:**

- Investir na estruturação das áreas de segurança de TIC;
- Priorizar sistemas de TIC diretamente relacionados aos projetos estratégicos;
- Desenvolver políticas de segurança da informação;
- Habilitar os magistrados e servidores na utilização da certificação digital;
- Implantar o Comitê de Segurança da informação.

**Indicador e Meta:**

Indicador 22: Implantação de Comitê e Política de segurança

Meta: 80% dos Tribunais com comitê e política de segurança implantados até dez/2010

Indicador 23: Índice de ataques externos e internos, impedidos

Meta: 90% dos ataques resolvidos automaticamente pela infraestrutura

**Objetivo 10: Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário**

**Descrição do Objetivo:**

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

**Ações Sugeridas:**

- Dotar as unidades judiciárias de estrutura física e tecnológica adequada e proporcional à demanda;
- Capacitar servidores nas áreas de segurança de TIC;
- Padronizar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas visando minimizar os incidentes e tornar mais ágil e mais fácil a recuperação dos que ocorrerem.

**Indicador e Meta:**

Indicador 20: índice de disponibilidade de serviços

Meta: 90% de disponibilidade dos serviços de TIC - TMER: Tempo médio entre Reparos

Indicador 21: índice de gerenciamento de serviços de Terceiros (Gerenciamento de Contratos)

Meta: 90% de aderência aos NAS - Níveis de Acordo de Serviços (de cada serviço)

**Objetivo 11: Desenvolver sistemas de TIC interoperáveis e portáteis.**

**Descrição do Objetivo:**

Os sistemas desenvolvidos tanto em cooperação quanto individualmente pelos Tribunais devem atender aos padrões estabelecidos de interoperabilidade e portabilidade, de forma a permitir que possam ser distribuídos e compartilhados por todo o Judiciário.

**Ações Sugeridas:**

- Aprimorar e padronizar os serviços prestados nos portais da internet;
- Desenvolver e implantar sistemas e serviços que permitam o acesso virtual aos processos judiciais na íntegra;
- Firmar parcerias e convênios para implementar projetos de interesse comum, inclusive mecanismos que viabilizem a comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e os outros Poderes, setores e instituições.

**Indicador e Meta:**

Indicador 26: Metodologia de desenvolvimento de Software

Meta: 70% dos processos padronizados sendo atendidos e executados pelos Tribunais até dez/2010

Indicador 27: Sistemas de TIC aderentes aos padrões de interoperabilidade definidos pelo CNJ

Meta: 90% dos Sistemas Nacionais aderentes

Indicador 28: Percentual de soluções portáteis aderentes a padrões de arquitetura recomendados

Meta: 70% dos Sistemas Nacionais Portáteis até dez/2014

**Objetivo 12: Prover documentação de sistemas**

**Descrição do Objetivo:**

Efetuar e manter atualizada a documentação técnica de cada sistema e disponibilizar manuais e orientações claras e objetivas para os usuários.

**Ações Sugeridas:**

- Atender ao padrão de documentação de sistemas e serviços preconizados pelo CNJ;
- Fomentar, difundir e valorizar práticas inovadoras e criativas para a documentação.

**Indicador e Meta:**

Indicador 14: Percentual de Sistemas novos, documentados

Meta: 90% dos Sistemas Nacionais Documentados até 2014

**TEMA: ORÇAMENTO**

**Objetivo 13: Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários de TIC**

**Descrição do Objetivo:**

Promover ações orçamentárias visando assegurar a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

**Ações Sugeridas:**

- Alinhar o planejamento orçamentário de TIC aos objetivos estratégicos;
- Otimizar a execução orçamentária de TIC;
- Sistematizar o acompanhamento da execução orçamentária de TIC.
- **Indicador e Meta:**
- Indicador 29: índice de planejamento dos recursos orçamentários
- Meta: 80% de acerto no planejamento do orçamento de TIC, anual
- Indicador 30: Eficiência da Execução financeira de TIC
- Meta: 80% de acerto na execução do orçamento – Mensal
- Indicador 31: Percentual de projetos que atingiram suas metas financeiras conforme planejado
- Meta: 80% de acerto na execução financeira dos projetos – Semestral
- Indicador 32: Procedimentos de aquisições padronizados e em conformidade com melhores práticas do mercado.
- Meta: 70% dos procedimentos conforme recomendações e melhores práticas do mercado atendido até dez/2010.

## II – ESTATÍSTICA PROCESSUAL





2009

CLASSE	RESÍDUO em 31/12/2008	RECEBIDOS 2009	BAIXADOS 2009 (*)	PENDENTES EM 31/12/2009 (**)	BAIXADOS 2010 (01/01 a 08/01)	PENDENTES EM 08/01/2010 (**)
Representação por Excesso de Prazo	1095	3371	1565	2901	103	2798
Reclamação Disciplinar	644	1694	964	1374	43	1331
Pedido de Providências (Corregedoria)	25	867	213	679	21	658
Petição Avulsa (Corregedoria)	280	741	638	383	34	349
Procedimento de Controle Administrativo	298	712	708	302	6	296
Pedido de Providências - Conselheiro	303	676	677	302	1	301
Petição Avulsa - Secretaria Geral	46	486	276	256	6	250
Consulta	1	150	103	48	0	48
Sindicância	15	116	16	115	0	115
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	1	67	16	52	0	52
Processo de Revisão Disciplinar (Conselheiros)	1	50	13	38	0	38
Ato Normativo	0	45	27	18	0	18
Inspeção	4	17	0	21	0	21
Avocação	2	16	5	13	0	13
Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei	10	15	23	2	0	2
Processo Administrativo Disciplinar	9	13	8	14	0	14
Reclamação para Garantia das Decisões	1	13	9	5	0	5
Processo de Revisão Disciplinar (Corregedoria)	36	9	30	15	0	15
Comissão	16	8	13	11	0	11
Acompanhamento de Resolução	30	8	11	27	0	27
Acompanhamento de Recomendação	10	6	7	9	0	9
Proposta Resolução / Recomendação / Ato Normativo	6	4	9	1	0	1
Documento Avulso (Secretaria Geral)	26	3	21	8	0	8
Nota Técnica	0	3	3	0	0	0
Correição	2	2	2	2	0	2
Arguição de Suspeição e de Impedimento	2	1	2	1	0	1
Documento Avulso (Corregedoria)	106	0	89	17	2	15
Expedientes Diversos	8	0	4	4	0	4
Processo Administrativo	8	0	2	6	0	6
Acompanhamento de Projeto	1	0	0	1	0	1
Restauração de Autos	0	0	0	0	0	0
Recurso Administrativo	0	0	0	0	0	0
Proposta de Revisão	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>2986</b>	<b>9093</b>	<b>5454</b>	<b>6625</b>	<b>216</b>	<b>6409</b>

2010 (até 15/03)

### III – RELATÓRIO DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES E PROJETOS



Os Projetos estão detalhados no Relatório de Atividades de 2009 do CNJ



## 1. Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas

Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se adotar medidas tendentes a:

- Racionalização judicial;
- Simplificação recursal;
- Otimização de rotinas;
- Melhor alocação de pessoas;
- Aproveitamento de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho;
- Gestão adequada de custos operacionais;
- Padronização de estruturas Organizacionais;
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores por meio de capacitação essenciais à execução da estratégia; e
- Criar meios para motivar servidores e magistrados e melhorar o clima organizacional.

Cuida, ainda, de projetos voltados para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes – tanto dos magistrados como de servidores, por meio de capacitação, essenciais à execução da estratégia e à motivação, sem descuidar da qualidade de vida.

### Composição:

Ministro Ives Gandra (Presidente);  
Conselheiro José Adônis Callou de Araújo;  
Conselheiro Jefferson Kravchychyn.

### Projetos e Ações:

1. Proposta de Resolução sobre critérios para promoção de juiz por merecimento.
2. Proposta de Resolução sobre precatórios, regulamentando a EC 62.
3. Grupo de Trabalho estudando uma política nacional de remuneração para a magistratura e seu plano de previdência.
4. Desenvolvimento de uma política nacional de capacitação (programas de capacitação de magistrados e servidores, disseminação da educação a distância, plano nacional de capacitação para padronização de indicador de desempenho nacional que medirá resultados nesta área).
5. Validação e disseminação de práticas nas áreas de eficiência operacional e gestão de pessoas do Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário (aproveitando convênio com o Instituto Innovare).
6. Desenvolvimento de o Programa Integrar (no momento, focado na gestão cartorária; posteriormente, entre os vários ramos do Judiciário).
7. Estudos para implantação de um Plano de Saúde para os servidores do CNJ.

## 2. Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania

Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se adotar medidas tendentes a:

- Capilaridade;

- Democratização do acesso;
- Execução das decisões;
- Inclusão social e desenvolvimento; e
- Conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão.

**Composição:**

Conselheira Morgana de Almeida Richa (Presidente);  
 Conselheiro Paulo Tamburini;  
 Conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira.

**Projetos e Ações:**

Conciliação;  
 Protocolo Integrado Nacional;  
 Justiça Integrada;  
 Sistema Integrado Nacional de Registro Civil – SIRC;  
 Cadastro Nacional de Adoção;  
 Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos;  
 Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei;  
 Efetividade da Lei Maria da Penha;  
 Casas de Justiça e Cidadania;  
 Nossas Crianças;  
 Censipam (Amazônia Legal).

### 3. Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento

Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se adotar medidas tendentes a:

- Gestão Estratégica Nacional – desdobramento da estratégia, acompanhamento dos indicadores de desempenho, fomento da troca de experiências e análise da estratégia por meio dos indicadores e estatísticas;
- DPJ – Departamento de Pesquisas Judiciárias para a precisão do diagnóstico do Poder Judiciário,
- Fomento da troca de experiências entre os Tribunais; e
- Garantir o orçamento necessário aos projetos estratégicos.

**Composição:**

Ministro Gilmar Mendes (Presidente);  
 Conselheiro Leomar Barros Amorim de Sousa;  
 Conselheiro Marcelo Neves.

**Projetos e Ações:**

Gestão Estratégica Nacional;  
 Justiça em Números;  
 Banco de Boas Práticas;  
 Canal da Estratégia;  
 Infojuris;  
 Comitê Técnico de Orçamento e Finanças;  
 Fundo de Reparelhamento do Judiciário.

### 4. Comissão de Relacionamento Institucional e Comunicação

Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se adotar medidas tendentes a:

- Parcerias com demais Poderes, setores e instituições para aperfeiçoamento dos serviços judiciais;
- Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva (no Judiciário, nas universidades, faculdades, centros de pesquisas, OAB, MP, DP, Associações de classe); e
- Aprimorar a comunicação com públicos externos (divulgar os dados dos processos judiciais e execução orçamentária na internet com linguagem clara gerando transparência, divulgar o papel e as ações do Poder Judiciário).

**Composição:**

Conselheiro Milton Nobre (Presidente);  
 Conselheiro Nelson Tomaz Braga;  
 Conselheiro Marcelo Rossi Nobre.

**Projetos e Ações:**

Grupo de Trabalho de Direito à Saúde : Foi elaborada uma recomendação para que os Tribunais adotem medidas visando melhor petrechar os magistrados e demais operadores do direito, para assegurar maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde;

**Parcerias 2009;**

Política de Comunicação Social: :efetividade da Resolução 85/2009. O comitê de comunicação do Judiciário é responsável pela pesquisa sobre a situação da gestão das assessorias de comunicação do Judiciário, elaboração de plano de comunicação de cada tribunal brasileiro e análise de campanhas institucionais;

Acompanhamento dos Projetos de Lei de interesse do Judiciário.

Projetos de Lei de interesse do Judiciário:

**PL-5910/2009 – CD – STF**

Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas e dá outras providências.

**PL-5771/2009 – CD – STF**

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**PL-5550/2009 – CD - TST**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

**PL-5549/2009 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

**PL-5548/2009 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências.

**PL-5547/2009 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região e dá outras providências.

**PL-5546/2009 – CD – TST**

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei 11.348, de 27 de setembro de 2006, para convalidar atos praticados por servidores e efeitos financeiros decorrentes do exercício das funções comissionadas de nível 02, criadas por ato administrativo interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

**PL-5545/2009 – CD – TST**

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região e dá outras providências.

**PL-5544/2009 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.

**PL-5543/2009 – CD – TST**

Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região e dá outras providências.

**PL-5542/2009 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

**PL-5541/2009 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e dá outras providências.

**PL-4572/2009 – CD – STM**

Cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União, e dá outras providências.

**PL-4567/2008 – CD – TJDF**

Amplia para 40 (quarenta) o número de Desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça do DF. (Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008).

**PL-4409/2008 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação cargos de Juiz do trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, define jurisdições e dá outras providências.

**PL-4355/2008 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

**PL-4026/2008 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.

**PL-4024/2008 – CD – TST**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região e dá outras providências.

**PL-3885/2008 – CD - TST**

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede em São Paulo-SP, e dá outras providências.

**PL-3454/2008 – CD – STM**

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros de Pessoal da Justiça Militar da União.

**PL-797/2007 – CD – STM**

Altera o art. 125 do Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. (Estabelece critérios para a prescrição em relação à anterioridade ou não do trânsito em julgado da sentença).

**PL-319/2007 – CD – STF**

Altera os dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006. Altera a denominação “Carreiras Judiciárias” para “Carreira Judiciária” dos servidores do Judiciário da União, que será constituída dos cargos efetivos de Analista, Técnico e Auxiliar Judiciário.

**PL-7560/2006 – CD – STF**

Dispõe sobre o pagamento de retribuição pecuniária aos membros do Conselho Nacional de Justiça e aos juízes auxiliares. (Revoga a Lei nº 11.365, de 2006).

**PL-6805/2006 – CD – STM**

Acrescenta artigo 102-A a Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992 - LOJM, definindo a jurisdição das Auditorias da 3ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências (Atualiza a jurisdição das três Auditorias da 3ª Circunscrição Judiciária Militar, no Estado do Rio Grande do Sul; revoga o Decreto nº 69.102, de 1971).

**PL-5238/2005 – CD – TST**

Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.

**PL-4694/2004 – CD – STJ**

Dispõe sobre a criação de cargos e funções no Conselho da Justiça Federal e na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus e dá outras providências.

**PL-4564/2004 – CD – STJ**

Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e dá outras providências.

**PL-4533/2004 – CD – TSE**

Cria cargos e funções nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às zonas eleitorais.

**PL-4091/2004 – CD – STJ**

Dispõe sobre a supressão dos arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de julho de 2004, e dá outras providências (Suprime dispositivos que determinam a intimação e notificação pessoal de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil).

**PL-3248/2004 – CD – TJDFT**

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003).

**PL-1/2003 – CD – TST**

Dispõe sobre a alteração do art. 670 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho (Estabelece critérios para escolha, nomeação e promoção dos juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho; alterando o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943).

**PL-4578/2001 – CD – TJDFT**

Dispõe sobre a criação do Fundo de Compensação aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais, no âmbito do Distrito Federal, em regulamentação ao art. 8º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000 (Cria o FCRCPN visando à remuneração dos Oficiais de Registro Civil pelos atos de conceder gratuitamente o registro de nascimento e de óbito; definindo que o Fundo será constituído mediante a cobrança do percentual de 3% (três por cento), incidente sobre todos os atos extrajudiciais constantes das tabelas de emolumento).

## 5. Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se adotar medidas tendentes a:

Buscar Infraestrutura adequada ao funcionamento desejado para o Poder Judiciário;

Planejamento estratégico em TI para garantir tecnologia apropriada ao bom desempenho das atividades dos tribunais e interoperabilidade entre os diversos sistemas e para o aperfeiçoamento e implantação do processo eletrônico; e

### Processo eletrônico.

#### Composição:

Ministro Gilson Dipp (Presidente);

Conselheiro Felipe Locke;

Conselheiro Walter Nunes.

#### Projetos e Ações:

Políticas nacionais em Tecnologia da Informação;

Governança de TI / Comitê Gestor Nacional de TI (CGTI);

Planejamento Estratégico Nacional em TI (PETI);

Melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação dos Tribunais Estaduais;

INFOVIA (Rede do Judiciário);

Malote Digital;

PJE: Processo Judicial Eletrônico;

Projudi;

Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA;

Justiça Aberta;

Gestão de Tabelas Processuais Unificadas;

Numeração Única de Processos;

Bacen Jud / CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional;

Infojud;

Renajud;

Aquisição de Solução de Vídeo Conferência.

## IV – ORÇAMENTO



PROGRAMAS DE TRABALHO - ORÇAMENTO 2010		
AÇÃO		
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	PESSOAL
02.032.1389.2B65.0001	030668	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares
02.122.1389.09HB.0001	030654	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	ATIVIDADES
02.032.1389.2B65.0001	030698	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares
02.128.1389.4091.0001	030702	Capacitação de Recursos Humanos
02.131.1389.2549.0001	030703	Comunicação e Divulgação Institucional
02.032.1389.2B66.0001	030699	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário
02.306.1389.2012.0001	030669	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
02.365.1389.2010.0001	030671	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
02.331.1389.2011.0001	030670	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados
02.301.1389.2004.0001	030672	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	PROJETOS
02.126.1389.1K27.0001	030700	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira
02.126.1389.11E6.0001	030701	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no Poder Judiciário (e-jus)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - EXERCÍCIO 2010					
Programática	Descrição do Programa / Ação	GND	Proposta Orçamentária	Alterações	Lei Orçamentária Aprovada
1389	CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO		193.043.068	22.476	193.065.544
1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares - Nacional		43.155.872	-	43.155.872
		Pessoal	17.155.872	-	17.155.872
		O. Desp. Corr.	23.862.115	-	23.862.115
		Investim.	2.137.885	-	2.137.885
1389 2B66 0001	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário - Nacional	O. Desp. Corr.	5.000.000	-	5.000.000
1389 20AK 0001	Contribuição para Previdência decorrente da Criação, Provimento, Reestruturação ou Revisão de Remunerações - Nacional	Pessoal	724.633	3.589	728.222
1389 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional	O. Desp. Corr.	844.968	-	844.968
1389 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional	O. Desp. Corr.	151.041	-	151.041
1389 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - Nacional	O. Desp. Corr.	16.795	-	16.795
1389 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - Nacional	O. Desp. Corr.	1.069.320	-	1.069.320
1389 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional		8.000.000	-	8.000.000
		O. Desp. Corr.	7.389.771	-	7.389.771
		Investim.	610.229	-	610.229
1389 4091 0001	Capacitação de Recursos Humanos - Nacional	O. Desp. Corr.	1.000.000	-	1.000.000
1389 1K27 0001	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - Nacional		48.631.516	-	48.631.516
		O. Desp. Corr.	38.630.906	-	38.630.906
		Investim.	10.000.610	-	10.000.610
1389 11E6 0001	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no Poder Judiciário (e-jus) - Nacional		74.512.148	-	74.512.148
		O. Desp. Corr.	25.132.148	-	25.132.148
		Investim.	49.380.000	-	49.380.000
1389 0C04 0001	Criação, Provimento, Reestruturação e Revisão de Remunerações no âmbito do Poder Judiciário - Nacional	Pessoal	8.358.876	18.887	8.377.763
1389 09HB 0001	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	Pessoal	1.577.899	-	1.577.899
Fonte: Siafi.					



**Conselho Nacional de Justiça**  
**Secretaria de Administração**  
**Subsecretaria de Orçamento e Finanças**

Base: 08-MAR-2010  
Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Tipo de Valor Saldo Atual  
Mês de Referência MARÇO

Programa de Trabalho	Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Pré-Empenhos a Empenhar	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	Crédito Disponível	Disponível	%
Criação de cargos	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.377.763,00			8.377.763,00	8.377.763,00	100,00%	
Apreciação	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.155.872,00	3.063.740,71	3.063.740,71	3.063.740,71	14.092.131,29	82,14%	
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.862.115,00	9.270.733,68	11.098.627,40	949.383,14	3.492.753,92	14,64%	
	4 INVESTIMENTOS	2.137.885,00	1.654.188,10	21.897,62	668,79	461.799,28	21,60%	
DPJ	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000.000,00		31.485,00		4.968.515,00	99,37%	
Contribuição	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.577.999,00	230.467,88	230.467,88		1.347.431,12	85,39%	
Contribuição Criação Cargos	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	728.222,00				728.222,00	100,00%	
E-Jus	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.132.148,00	4.965.150,00	1.905.628,20		18.261.369,80	72,66%	
	4 INVESTIMENTOS	49.380.000,00	22.679.651,00	1.130.275,48		25.570.073,52	51,78%	
Modernização	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.630.906,00	131.651,98	12.820.547,89	431.097,51	25.678.706,13	66,47%	
	4 INVESTIMENTOS	10.000.610,00	39.101,40			9.961.508,60	99,61%	
Capacitação	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.000.000,00	10.897,84	233.716,40	33.079,78	755.395,76	75,54%	
Comunicação	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.389.771,00	1.152.848,73	4.661.527,69	190.574,50	1.403.028,58	18,99%	
	4 INVESTIMENTOS	610.229,00				610.229,00	100,00%	
Ass. Médica	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	844.968,00	39.921,87	39.921,87	39.921,87	805.046,13	95,28%	
Aux. Alimentação	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.069.320,00	167.774,10	167.774,10	167.774,10	901.545,90	84,31%	
Aux. Transporte	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.795,00	2.615,11	2.615,11	2.615,11	14.179,89	84,43%	
Ass. Pré-escolar	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	151.041,00	19.742,58	19.742,58	19.742,58	131.298,42	86,93%	
<b>Total:</b>		<b>193.065.544,00</b>	<b>39.904.212,73</b>	<b>35.427.967,93</b>	<b>5.129.065,97</b>	<b>117.560.997,34</b>	<b>60,89%</b>	

PA 2008-2011 - PPA VIGENTE - por Programa/ P/Esfera/PAO											Valores em R\$1,00			
PROGRAMA: 1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário											ÓRGÃO RESPONSÁVEL: 10000 - STF			
Fiscal														
Projeto														
Cód.	Título	Produto (Unid.Med.)	Início Término	Órgão Executor	Região	2008		2009		2010		2011		
						PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	
10A1	Combate à Morosidade na Justiça Brasileira	Mutirão realizado - unidade	01/2008 12/2008	STF	NACIONAL	R\$: 1.000.000 Meta: 27	1.000.000 27	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	0 0	
11E6	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação no Poder Judiciário (e-jus)	Sistema implantado - % de execução física	01/2005 12/2012	STF	NACIONAL	R\$: 1.063.470 Meta: 2	1.063.470 2	1.063.470 10	1.063.470 10	1.063.470 10	1.063.470 10	1.063.470 10	1.063.470 10	
1K27	Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	Projeto implantado - % de execução física	01/2007 12/2011	STF	NACIONAL	R\$: 40.000.000 Meta: 19	40.000.000 19	15.000.000 5	15.000.000 5	15.000.000 5	15.000.000 5	15.000.000 5	15.000.000 5	
Atividade														
Cód.	Título	Produto (Unid.Med.)	Início Término	Órgão Executor	Região	2008		2009		2010		2011		
						PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Criança atendida - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 184.815 Meta: 34	184.815 34	203.296 34	203.296 34	223.626 34	223.626 34	245.988 34	245.988 34	
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 72.000 Meta: 60	72.000 60	79.200 60	79.200 60	87.120 60	87.120 60	95.832 60	95.832 60	
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor beneficiado - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 975.780 Meta: 139	975.780 139	1.073.358 171	1.073.358 171	1.180.693 171	1.180.693 171	1.298.762 171	1.298.762 171	
20AK	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações	- - -		STF	NACIONAL	R\$: 1.232.864 Meta:	1.232.864	1.288.343	1.288.343	1.346.318	1.346.318	1.406.903	1.406.903	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	Materia veiculada - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 523.062 Meta: 1.214	523.062 1.214	596.300 1.214	596.300 1.214	673.820 1.214	673.820 1.214	761.410 1.214	761.410 1.214	
2B65	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares	Processo julgado - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 22.501.394 Meta: 3.317	22.501.394 3.317	26.006.254 3.350	26.006.254 3.350	29.123.804 3.384	29.123.804 3.384	32.718.091 3.418	32.718.091 3.418	
2B66	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário	Pesquisa apoiada - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 1.046.125 Meta: 12	1.046.125 12	1.100.000 12	1.100.000 12	1.200.000 12	1.200.000 12	1.250.000 12	1.250.000 12	
4091	Capacitação de Recursos Humanos	Servidor capacitado - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 200.000 Meta: 171	200.000 171	200.000 171	200.000 171	220.000 171	220.000 171	242.000 171	242.000 171	
Oper.Especial														
Cód.	Título	Produto (Unid.Med.)	Início Término	Órgão Executor	Região	2008		2009		2010		2011		
						PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	- - -		STF	NACIONAL	R\$: 149.644	149.644	156.378	156.378	163.415	163.415	170.769	170.769	
0C04	Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União	- - -		STF	NACIONAL	R\$: 11.795.280 Meta:	11.795.280	28.272.628	28.272.628	43.189.040	43.189.040	59.129.438	59.129.438	
Seguridade Social														
Atividade														
Cód.	Título	Produto (Unid.Med.)	Início Término	Órgão Executor	Região	2008		2009		2010		2011		
						PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	PL	AUTOGR.	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Pessoa beneficiada - unidade		STF	NACIONAL	R\$: 1.249.920 651	1.249.920 654	1.374.912 654	1.374.912 654	1.512.403 654	1.512.403 654	1.663.644 654	1.663.644 654	

## V – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





MEMBROS DO CONSELHO			
Conselheiros	Cargo	Indicação da Vaga	Cargo/CNJ
Ministro Gilmar Ferreira Mendes	Ministro/STF	STF Art 103-B Inc. I	Presidente
Ministro Gilson Langaro Dipp	Ministro/STJ	STJ Art 103-B Inc. II	Corregedor
Cons. Ives Gandra Martins Filho	Ministro/TST	TST Art 103-B Inc. III	Conselheiro
Cons. Milton Augusto de B. Nobre	Desembargador/TJPA	STF Art 103-B Inc. IV	Conselheiro
Cons. Paulo de Tarso Tamburini	Juiz de Direito/TJMG	STF Art 103-B Inc. V	Conselheiro
Cons. Leomar Barros Amorim de Sousa	Desembargador Federal/TRF 1º	STJ Art 103-B Inc. VI	Conselheiro
Cons. Walter Nunes da Silva Junior	Juiz Federal/ TRF 5º	STJ Art 103-B Inc. VII	Conselheiro
Cons. Nelson Tomaz Braga	Desembargador/TRT 1º	TST Art 103-B Inc. VIII	Conselheiro
Cons. Morgana de Almeida Richa	Juiza do Trabalho/TRT 9º	TST Art 103-B Inc. IX	Conselheiro
Cons. José Adonis Callou de Araújo Sá	Procurador Regional da República/ MPU	PGR Art 103-B Inc. X	Conselheiro
Cons. Felipe Locke Cavalcanti	Promotor de Justiça/MP-SP	PGR Art 103-B Inc. XI	Conselheiro
Cons. Jorge Hélio Chaves de Oliveira	Advogado	OAB Art 103-B Inc. XII	Conselheiro
Cons. Jefferson Luiz Kravchychyn	Advogado	OAB Art 103-B Inc. XII	Conselheiro
Cons. Marcelo da Costa Pinto Neves	Advogado	Senado Art 103-B Inc. XIII	Conselheiro
Cons. Marcelo Rossi Nobre	Advogado	Câmara Art 103-B Inc. XIII	Conselheiro

## PRESIDÊNCIA

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Daniel Augusto Vila-Nova Gomes	STF	27/10/2010	Chefe de Gabinete	CJ-2

Prestador de Serviços (Terceirizado)	Posto de Trabalho	Empresa
Raphaella Oliveira de Né	Secretaria NS	Ágil

Estagiários	Vencimento Contrato
Werllen Lauton Andrade	10/07/2010
Malu Queiroz Franco	13/07/2010

## SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Maurício Antônio do Amaral Carvalho	sem vínculo	-	Secretário	CJ-3
Francisco Sandoval B. da Silveira	STF	30/06/2010	Assistente IV*	FC-04
Evandro Silva Gomes	TRF 1º	-	Analista	-
Ângela Merce Teixeira Neves	Ministério da Fazenda	05/08/2010	Chefe de Seção de Acompanhamento da Gestão	FC-06
Humberto José Nunes	CNJ	-	Analista	-
Kércia Elisânia Santana Lemes	TRF 1º	-	Técnico	-
Sílvia Caldas Ferreira	TSE	17/08/2010	Chefe de Seção de Auditoria	FC-06
Renata Lícia Gonçalves de S. Alves	CNJ	-	Analista	-
Glauber Barbosa Lopes	TRE-PA	-	Analista	-

\* função desviada da Assessoria Jurídica

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Priscila Moreira da Silva	Secretária NS	Agil
Michel Viana Oliveira	Mensageiro	WS Serviços

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Erivaldo Ribeiro dos Santos	Juiz Auxiliar	11/06/2010	Coordenador	
Fabio Costa Oliveira	CNJ	-	Assessor III	CJ-3
Roberto Dalledone Machado Filho	CNJ	-	Supervisor	FC-06
		-	Supervisor	FC-06
		-	Supervisor	FC-06
João Carlos Murta Pereira	TJ-MG	16/08/2010	Assistente	FC-05
		-	Assistente	FC-05
		-	Assistente	FC-05

SECRETARIA GERAL

JUIZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Magistrados	Vencimento da Requisição
Erivaldo Ribeiro dos Santos	11/06/2010
Marcelo Martins Berthe	14/01/2011
Maria da Conceição da Silva Santos	25/01/2011
Rubens Rihl Pires Correa	18/10/2010
Marivaldo Dantas de Araújo	22/08/2010
Paulo Cristovão de Araújo S. Filho	05/09/2010
Wilson da Silva Dias	08/11/2010

Secretário-Geral	Vencimento da Requisição
Rubens Curado Silveira	30/06/2010

GABINETE DA SECRETARIA GERAL

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Janaína Lima Penalva da Silva	TJ-MG	21/03/2011	Chefe de Gabinete	CJ-2
Aline Ribeiro de Mendonça	CNJ	-	Analista Judiciário	FC-02/TST

SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES E PROJETOS

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Ivan Gomes Bonifácio	STJ	-	Assessor III*	CJ-3
José Francisco Alves	STJ	-	Assistente V**	FC-05
Meirielle Viana Pires	CNJ	-	Analista Judiciário	FC-05/TST
Davi Alvarenga Balduino Ala	CNJ	-	Técnico Judiciário	-

\* função temporariamente cedida pela Corregedoria  
\*\* função temporariamente cedida pela DPJ

## PRESTADORES DE SERVIÇO DA SECRETARIA GERAL

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Karla Cedeçari	Secretária	Tecnisys
Nadson Ferreira	Mensageiro	WS
Cintia Raquel Brito	Secretariado NS	ÁGIL
Monike Nunes de Abreu Souza	Secretariado NS	
Luciana Farias de A. L. Abdon	Secretariado NS	
Claudio dos Santos Lopes	Recepcionista	
Carla Machado dos Santos	Secretariado NS	
José Luiz Dias da Rocha Júnior	Recepcionista	ASSEMP
Luana Almeida Oliveira	Recepcionista	
Joseane Soares da Costa	Recepcionista	

Estagário	Vencimento Contrato
Sandra Regina da Fonseca Paulino	26/07/2010
Paula Silva da Costa Theodoro *	15/09/2010

\* Comissão INFOJURIS

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Patrícia Ando de Almeida	Recepcionista	ASSEMP

## COORDENAÇÃO DA OUIDORIA

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Cristiana Gontijo Bastos	sem-vínculo	-	Coordenadora	CJ-1
Lídia Maria Ferreira Lima**	TRT/10ª Região	10/09/2010	Oficial de Gabinete	FC-06
Inaldo do Nascimento	CNJ	-	Analista	-
Mariana Feltrini Turibio	CNJ	-	Técnico Judiciário	
Hubner Alessandro Santos Rocha	CNJ	-	Técnico Judiciário	

\*\* Função temporariamente cedida pela DPJ

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Anderson Moreira da Silva	Secretário NS	Ágil
Eunice da Costa Oliveira	Recepcionista	ASSEMP
Rebeca Pereira de Oliveira	Recepcionista	ASSEMP

Estagários	Vencimento Contrato
Ednamar Benfica de Deus	19/04/2010

## SEÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO

Servidor	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Vilmar Amaral da Silva	STF	11/05/2010	Chefe de Seção	FC-06
João D'arc Ramos de Oliveira	CNJ	-	Técnico Judiciário	

## PRESTADORES DE SERVIÇO DO APOIO LOGÍSTICO

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Fabício Araújo Packness	Secretário NS	Ágil
Gelvane Tavares de Araújo	Secretário NS	
Renata Freire	Secretária NS	
Camilo Pinho da Silva	Secretário NM	ASSEMP
Maria Iraildes Brito da Silva	Secretária NM	
Rafael Moreira Vitorio	Mensageria	WS
Alan de Sousa Rocha	Motorista	Paulista
Átila Leite Bonfim	Motorista	
Carlos Humberto de Jesus	Motorista	
Claudio da Silva Cavalcanti	Motorista	
Claysson Nascimento Ornelas	Motorista	
Denilson de Almeida Sérgio	Motorista	
Elvídio A Sousa Nogueira	Motorista	
Fernando da Costa Santos	Motorista	
Francelio Viana de Lima	Motorista	
Hélio Sales Batista	Motorista	
João Roberto	Motorista	
Jorge Luiz Alves da Silva	Motorista	
Josemar Gomes da Paz	Motorista	
Luciano Antonio da Silva	Motorista	
Luis Pereira França Neto	Motorista	
Marcos Pereira Silva	Motorista	
Orquenis Sales Silva	Motorista	
Paulo Cesar Duarte	Motorista	
Paulo Lopes da Silva	Motorista	
Pedro Henrique da S. Santos	Motorista	
Rubem Nunes Bezerra	Motorista	
Sérgio de Souza Pires	Motorista	
Sidney Bezerra da Silva Junior	Motorista	
Silvio Pereira da Silva	Motorista	
Victor Emmanuel de Oliveira Torres	Motorista	
Washington Luiz de Castro Silva	Motorista	
Welder Augusto Maciel de Lima	Motorista	
Welliton Lopes Vidal	Motorista	



## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Sandra Miranda dos Santos	sem vínculo	-	Assessor-Chefe	CJ-2
Patricia Vidal de O. Pierre	ECT	07/09/2010	Assistente IV	FC-04
Tarso de Oliveira Rocha	CNJ		Analista	

Prestadores de Serviço (Terceirizado)	Posto de Trabalho	Empresa
Náia Milene M. Casagrande	Secretária NS	Ágil
Tatiana Patrici Almeida	Secretária NS	
Cristiane Nascimento Ornelas	Secretária NS	
Shirley	Recepcionista	ASSEMP
Rui de Paula Rodrigues Junior	Programador Visual	RRN Comunicação e Marketing (Informe)
Divanir Moura Mattos Junior	Programador Visual	
Evelyne Nunes dos Santos	Redatora/Jornalista	
Elisabel de Abreu Ferriche	Jornalista	
Fernanda Bonfá	Relações Públicas	
Geysa Costa Pinto Bigonha	Revisora	
Gláucio Batos Dettmar	Repórter Fotográfico	
Isabel Cristina Leite Sobral	Redatora	
Karla Danielledos Angelos	Revisora	
Luiz Gustavo Silveira	Fotógrafo	
Maisa Moura	Redatora	
Marcelo Fabiano Rodrigues Gomes	Programador Visual	
Maria Deusirene Lima Amorim	Revisora	
Mariana Carvalho Braga	Redatora	
Renatha Lucia de Melo	Redatora	

## SECRETARIA GERAL

## ASSESSORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Lina Malard Quick	Ministério das Relações Exteriores	27/05/2010	Assessor-Chefe	CJ-2
Joely Ferreira de Oliveira Carvelo	TJ-GO	31/01/2011	Analista	

Prestadores de Serviço (Terceirizado)	Posto de Trabalho	Empresa
Aline Tavares Gurgel	Recepcionista	ASSEMP
Bárbara Liermann de Avila	Recepcionista	
Natália Paes Carvalho	Recepcionista	

Estagiários	Vencimento Contrato
Rachel Maximiano dos Santos Assunção	30/06/2010

## SECRETARIA GERAL

## ASSESSORIA JURÍDICA

Servidor	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Emília Maria Rodrigues da Silva	STF	10/06/2010	Assessor-Chefe	CJ-2
Aline Luiz dos Santos	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Marcelo Macedo Marra	CNJ	-	Analista Judiciário	FC-02/TST

Prestadores de Serviço (Terceirizado)	Posto de Trabalho	Empresa
Rilzana Silva Lima	Secretária NM	ASSEMP

## SECRETARIA GERAL

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Ana Carolina Lemos Chaer	sem-vínculo	-	Diretor	CJ-3
Joel Solon Farias de Azevedo	STJ		Chefe do Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos	CJ-1
Silvana Silva Barbosa	CNJ	-	Técnico	-
Adilson Medeiros da Silva	CNJ		Analista	
Murilo Laureano Pinto	STJ	-	Analista	-
Cláudio Gomes de Oliveira	AGU	24/02/2010*	Chefe do Núcleo de Organização e Normatização	CJ-1
Leonardo Zanotelli dos Santos	CNJ		Analista	-
Fabiana Andrade Gomes	CNJ		Analista	-
Renata Aguiar Ferreira Monfardini	CNJ	-	Analista	-

\* Prorrogação da Requisição em Tramitação no Órgão de origem

Prestadores de Serviço (Terceirizado)	Posto de Trabalho	Empresa
Leonora e Silva Mazão	Secretária NS	Ágil
Fabiola	Secretária NS	

Estagiários	Vencimento Contrato

## SECRETARIA GERAL

## DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Antonio Carlos S. Rebelo	sem-vínculo	-	Diretor	CJ-3
Jorge Luiz Manfroi	sem-vínculo	-	Chefe do Núcleo de Convênios	CJ-1
Mônica David de Sousa	CNJ		Analista	
Maurélio Ferreira	sem-vínculo	-	Chefe do Núcleo de Informações e Avaliação Orçamentária	CJ-1
Daniel Gerheim Souza Dias	CNJ	-	Analista	-
Lourivando Rodrigues Ferreira	CNJ	-	Analista	-

Kleber Vinicius Bezerra C. de Melo	CNJ		Técnico	
------------------------------------	-----	--	---------	--

Prestadores de Serviço (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Mônica Cristina da Silva	Secretária NS	Ágil

## SECRETARIA GERAL

## DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Declieux Dias Dantas	TJDFT	14.07.10	Diretor	CJ-3
Olívio Fernandes Balbino	sem vínculo	-	Assessor B	CJ-1
Giscard Stephanou Silva	TRF/4ª Região	19.11.10	Chefe de Núcleo	CJ-1
Glauber Scorsatto	STF	30.06.10	Supervisor	FC-06
Alex Ribeiro de Oliveira	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Antonio Augusto Silva Martins	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Daniel Castro Machado Miranda	STF	30.06.10	Supervisor	FC-06
Alan Morato	CNJ	-	Analista judiciário	-
Leonardo Lemes Rosa	CNJ	-	Analista judiciário	-
Thiago de Andrade Vieira	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Rosfran Lins Borges	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Marcelo Nogueira Lino	TJDFT	26.08.10	Chefe de Núcleo	CJ-1
Roberto Marquez Bittencourt	STF	08.08.10	Supervisor	FC-06
Francisco G. de Araújo Filho	CNJ	-	Supervisor	FC-06
Otávio Nery Cipriani	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Pedro Bergamaschi Val	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Antonio de Souza Dantas	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Denilson de Lucena Matos	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Leandro Mesquita Galvão	CNJ	-	Analista Judiciário	-

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
	Secretária NS	Ágil
Núbia Soares Sales	Secretária NS	Ágil
Alzirene de Souza Campos	Secretária NM	ASSEMP
Thais Gomes Ferreira	Secretária NM	ASSEMP
Estagiário	Vencimento do Contrato	
Matheus Léda Santos*	14.03.10	

\* Prorrogação em tramitação

## SECRETARIA GERAL

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Kléber de Oliveira Vieira*			Secretário	CJ-3
Luciana Cristina Gomes Matias	CNJ	-	Analista Judiciário	FC-04
Antonio Magnavita Neto	TJ-BA	05.11.10	-	-
Vânia Alves de Souza	CNJ	-	Técnico Judiciário	-

\* Atribuições exclusivas de Secretário Substituto em decorrência de vacância do titular em 16/03/2010

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Erenice Viana Peres	Secretária NS	Ágil
Gysane Costa Pinto	Secretária NS	
Brenda Maria de Pina	Secretária NS	
Caroline Costa Alves	Secretária NS	
Daniele Passos	Secretaria NS	
Maria Aparecida de Jesus Ramos	Secretária NS	
Pedro Henrique Correia de Castro	Secretário NS	
Cristiano Luis Ferreira	Secretário NM	ASSEMP
Lucineide Mendes Siqueira	Secretário NM	ASSEMP
Aline Thayani Silva Nascimento	Mensageira	WS Serviços

## Comissão Permanente de Licitação

Servidor	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Getúlio Vaz	STF	30.06.10	Presidente	FC-06
Aderruan Rodrigues Tavares	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Jorge Henrique Meneses Mendes	CNJ	-	Técnico Judiciário	-

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Gabriel Takahashi Rodrigues Pereira	Secretário NS	Ágil

## Subsecretaria de Material, Compras e Contratos

Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Kleber de Oliveira Vieira	Codeplan	31/12/2009*	Subsecretário	CJ-1
Silvia Maria Guapindaia Peixoto	Embratur	19.10.10	Chefe da Seção de Material e Patrimônio	FC-06
Suzana Batista dos Santos	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Levi Rodrigues Arruda	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Emerson Akira Okamura	STF	28.05.10	Chefe da Seção de Compras	FC-06
Lívia Medeiros de Albuquerque	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Rossilany Marques Mota	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Vitor David Souza Galera	CNJ	-	Técnico Judiciário	-

Juvenil Lara Filho	STF	20.05.10	Chefe da Seção de Contratos	FC-06
Maricésar Ferreira	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Tawyo Wanderley	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Cristianna Duarte Fernandes	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Vinicius Oliveira Ribeiro	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Karla Silene Lima da Cunha	STF	30.06.10	Chefe da Seção de Serviços Gerais	FC-06
Fernando Dias Machado	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
José Alves da Silva	STF	25.05.10	Técnico Judiciário	-

\* Prorrogação da requisição em tramitação no órgão de origem

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Flávia Cristina Vieira Lima	Secretária NS	Agil
Neli Silva Cavalcante	Secretária NS	
Kenia Leones da Silva	Recepcionista	asemp
Karoline Krieger	Recepcionista	
José Luciano Marra dos Santos	Recepcionista	
Rafael Alves de Araújo	Recepcionista	
Rosemary Costa Carvalho	Recepcionista	
Rosilene Oliveira da Silva	Recepcionista	
Rafael Castro	Recepcionista	
Jason Ribeiro de Souza	Aux. Estoquista	
Gilvan Ribeiro da Silva	Aux. Estoquista	
Edilson Francisco dos Santos	Aux. Estoquista	
Sidney Ronaldo da Silva Filho	Aux. Estoquista	
Danilo Leandro da Silva Mota	Aux. Estoquista	
Edson Dias da Silva	Mensageria	WS Sérvicos
Emilio	Mensageria	
Luciane	Mensageria	
Estagiário	Vencimento do Contrato	
Marina Miranda Nunes	18.05.10	

#### Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Selma Vera Cruz Mazzaro	STF	15.11.10	Subsecretária	CJ-1
Rodrigo Barros Soares Walladares	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Alessandra Cristina de Jesus Teixeira	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Flávia Lima de Almeida	STF	19.11.10	Chefe da Seção de Legislação e Registros Funcionais	FC-06
Flávia Mara Oliveira dos Santos	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Stanlei Carvalho Silva	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Maria Lucia Ramos Ventura Lagasse	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Danielle Viegas	CNJ	-	Analista Judiciário	-

Ricardo Paz de Lima Araújo	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Noeme Júlia do Nascimento Silva	STF	30.06.10	Chefe da Seção de Seleção e Aperfeiçoamento	FC-06
Gabriela Corrêa Noé	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
Anotnio Mario Lucio de O. Junior	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Diogo Albuquerque Ferreira	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Jaul Ramalho de Castro	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Thais Evangelista Fernandes Brito	STF	30.06.10	Chefe da Seção de Pagamento	FC-06
Bruno Alessandro Damasceno dos Anjos	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Laerte Maurício	CNJ	-	Técnico Judiciário	-

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Ana Paula de Lacerda Malva	Secretária NS	Ágil
Marisa Alves Ribeiro	Secretária NM	ASSEMP
Maria das Graças	Mensageira	WS

Estagiário	Vencimento do Contrato
Bruna Leite Borges	18.08.10

#### Subsecretaria de Orçamento e Finanças

Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Wernne Pereira e Silva	sem-vínculo	-	Subsecretário	CJ-1
Maria da Conceição Felix de França	STF	30.06.10	Chefe da Seção de Planejamento Orçamentário	FC-06
Luci Aparecida Ferreira Caixeta	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Alexandre Sales de Oliveira	STF	04.01.11	Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira	FC-06
Carlos Eduardo dos Reis	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Eduardo Campos Gomes	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Ednéia Coimbra de Oliveira	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Hilberto Einstein Mendes Pereira e Silva	CNJ	-	Analista Judiciário	-
Eudes Milhomem de Sousa	CNJ	-	Analista Judiciário	-

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Adriano Fontes de Lima Araújo	Secretária NS	AGIL
Valdenice Venceslau de Oliveira	Recepcionista	ASSEMP
Rosileide	Recepcionista	

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA PROCESSUAL

Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Ionice de Paula Ribeiro	TRF 1ª Região	-	Secretário	CJ-3
<b>Subsecretaria de Protocolo, Autuação e Distribuição</b>				
Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Mariana Silva Campos Dutra	CNJ	-	Subsecretário	CJ-1
<b>Seção de Protocolo e Digitalização</b>				
Cristina Sueli Alves	CNJ	-	Chefe de Seção	FC-06
<b>Seção de Autuação e Distribuição</b>				
Vanessa Valadão do N. Antunes	STF	15.11.10	Chefe de Seção	FC-06
Pedro Carlos de Godoy	CNJ	-	Analista	-
<b>Prestadores de Serviços (Terceirizados)</b>				
Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa		
Ramminy Vieira Alves	Secretária NS	Ágil		
Milena Marina Sena Fernandes	Secretária NS			
Cícero Hugo Santos Silva	Recepcionista		ASSEMP	
<b>Subsecretaria de Processamentos de Feitos</b>				
Servidores	Vínculo	Vencimento da Requisição	Cargo	Nível
Carla Fabiane Abreu Aranha	-	-	Subsecretário	CJ-1
Rodrigo Silva Rocha	CNJ	-	Técnico Judiciário	-
<b>Seção de Acompanhamento do Cumprimento das Deliberações do CNJ</b>				
Patrícia Bizzetto	CNJ	-	Chefe de Seção	FC-06
Natércia Rita Rocha Chaves Morais	TJDFT	30.06.10	-	-
Luana Duarte da Silva Fonseca	TJDFT	07.02.11	-	-
<b>Seção de Apoio ao Plenário</b>				
*		-	Chefe de Seção	FC-06
* Requisição do servidor do TJDFT em andamento				
<b>Seção de Processamento</b>				
Aeda Valle Cavalcante	STF	15.11.10	Chefe de Seção	FC-06
<b>Prestadores de Serviços (Terceirizados)</b>				
Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa		
Adriano de Jesus Almeida	Mensageria	WS Serviços		
Gabriel Alfredo de Sousa	Recepcionista	ASSEMP		
Alisson Alves Soares	Recepcionista			
<b>Prestadores de Serviços (Terceirizados)</b>				
Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa		

Mensageria			
Marcelo Viana Peres	Mensageria	WS Serviços	
Karina Ferreira de Souza	Mensageria		
Isielele Maria de Jesus Neves	Recepcionista	ASSEMP	
Marcos Gabriel da Silva Gomes	Recepcionista		
Antonio Guedes Silva Medeiros	Recepcionista		
Jonatas Rodrigues Duarte	Recepcionista		
Célia Regina Oliveira	Recepcionista		
Liliane Ribeiro dos Santos	Recepcionista		
Maurícia do Nascimento Guimaraes	Recepcionista		
Patricia Ferreira da Silva Carneiro	Recepcionista		
Érica Batagini Souza	Secretária NS		
Romulo Augusto Pires	Secretário NS	AGIL	
Isabella Nunes de Oliveira	Secretária NS		
<b>Estagiários</b>			
Estagiários	Vencimento	Contrato	
Waléria de Sousa Bastos	30.06.10		
Carlos Eduardo de Jesus Teixeira	19.07.10		
<b>ASSESSORIA TÉCNICA AOS CONSELHEIROS</b>			
Servidores	Vínculo	Término da Requisição	Nível
Adriene Domingues Costa	MP/MG	08.04.10	CJ-2
Cássia Cascão de Almeida	sem vínculo		CJ-2
Inês da Fonseca Pôrto	sem vínculo		CJ-2
Marilene de Souza Polastro	sem vínculo		CJ-2
Renata G. Pereira Guerra Pouso	STF	29.07.10	CJ-2
Alexandre Padula Jannuzzi	CNJ		CJ-2
Juliana Diques da Costa	TRF 1		CJ-2
Daniel Remor Martins	sem vínculo		CJ-2
Sandra Miranda dos Santos	TRF 1		CJ-2
Lucas Delgado	CNJ		CJ-2
Francini de Castro Tomazini	sem vínculo		CJ-2
Paula Ferro Costa de Sousa	sem vínculo		CJ-2
Larissa Garrido Benetti Segura	sem vínculo		CJ-2
<b>ESTAGIÁRIOS DOS CONSELHEIROS</b>			
Estagiários	Vencimento	Contrato	
Camila Klumb Oliveira Rabelo	01.08.10		
Carla Regina do Nascimento	22.09.10		
Carolina Moreira	08.05.10		
Hortênsia Monte Vicente Medina	31.03.10		
Larissa Lopes Bezerra	10.09.10		
Larissa Rocha Silva	12.04.10		
Sandra Regina da Fonsêca Paulino	26.07.10		

Thiago César Silva de Almeida	29.05.10			
Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa		
Ana Paula Almeida Backer	Recepcionista	ASSEMP		
Bárbara Tôrres Rodrigues	Recepcionista			
Graziela Estuqui	Recepcionista			
Jocélia Carneiro da Silva	Recepcionista			
Josane Patrícia Pinto Ribeiro	Recepcionista			
Júlia do Couto Perez	Recepcionista			
Karolina Moreira de Souza	Recepcionista			
Luciene Vieira da Silva	Recepcionista			
Rosângela Ribeiro Luiz	Recepcionista			
Rosângela Sousa Lima	Recepcionista			
Vasti Gomes de Melo Bezerra	Recepcionista			
Jacilene Batista de Oliveira	Recepcionista			
Cristiane Nina Antunes	Recepcionista			
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA				
JUIZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA				
Magistraosd	Vencimento da requisição			
Jose Paulo Baltazar Junior	a partir de 09/09/2008 até ulterior deliberação			
Ricardo Cunha Chimenti	a partir de 09/09/2008 até ulterior deliberação			
Salise Monteiro Sanchatene	a partir de 09/09/2008 até ulterior deliberação			
Friedmann Anderson Wendpap	a partir de 27/04/2009 até ulterior deliberação			
Nicolau Lupianhes Neto	a partir de 17/08/2009 até ulterior deliberação			
SERVIDORES				
Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Hélio Carlos Gomes Silva	CNJ	-	Analista Judiciário	Área Judiciária
Mirna Brenda de Magalhães	CNJ	-	Analista Judiciário	Área Judiciária
Lorena Caroline Lyra de Oliveira	STJ	-	Assessor II	CJ-2
***				FC-06
Fabiana Ambrozio de Oliveira	STJ		Assistente VI	FC-06
Ieda Sylvania Ramos Azevedo	TJDFT	16.04.10	Oficial de Gabinete**	FC-06
Mayara de Mello Sampaio Cunha	TJDFT	08.09.10		SEM FUNÇÃO
Eduardo Mendes Vieira da Gama	STF	22.09.10		SEM FUNÇÃO
Francisco Martins de Araújo Neto	TRE-TO	08.09.10		SEM FUNÇÃO
Alexandre Glauco Vieira do Valle	STJ	-		à disposição
Debora Zabulon de Figueiredo	STJ	-		à disposição
Expedito Lopes	STJ	-		à disposição
Flávia Vieira Santos A. de S. Pereira	STJ	-		à disposição
Heloisa Silva Seraphim	STJ	-		à disposição
Izabela Padilha Santos	STJ	-		à disposição
Jane Dias de Lucena	STJ	-		à disposição

Kellen Patricia Rodrigues Mateus	STJ	-		à disposição
Livia Maria Santos Ribeiro*	STJ	-		à disposição
Manoel Lauro Volkmer Castilho	Sem vínculo	-		à disposição
Marcia de Carvalho	STJ	-		à disposição
Maria Aparecida de Araújo Ramos	STJ	-		à disposição
Maria José Vaz da Costa	STJ	-		à disposição
Neyde Rocha Navatta	STJ	-		à disposição
Ricardo Brandão Fernandes	STJ	-		à disposição
Tatiana Ramalho de Rezende	STJ	-		à disposição
Valéria Alencar Machado da Silva Costa	STJ	-		à disposição
Valéria de Almeida Praxedes	STJ	-		à disposição
Vanessa Cristina Motta de Barros Barreto	STJ	-		à disposição
Wanderley Carlos de Freitas	STJ	-		à disposição

\*Chefe de Gabinete

\*\* Função desviada do DPJ

\*\*\* Requisição de servidor do STJ em tramitação

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa		
Danielle Trindade Torres	Secretária NS	Agil		
Kristiane Anjos de Aguiar Ramos	Secretária NS			
Leticia dos Santos Dias	Secretária NS			
Rafael Henrique Monteiro	Secretária NS			
Vanessa dos Santos Oliveira Bucar	Secretária NS			
Alexandre Cavalcante de Oliveira	Secretário NM	ASSEMP		
Alice Caetano	Secretária NM			
Aílson Marreira Silva	Secretário NM			
Samuel Felício Carvalho	Mensageria	WS Serviços		

Estagiário	Vencimento do Contrato
Thais Teixeira Carvalho	30.06.10
Ana Paula Dias Peixoto	08.06.10

## DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Servidores	Vínculo	Vencimento da requisição	Cargo	Nível
Neide Alves Dias de Sordi*	STJ	-	Diretor Executivo	CJ-3
Fábio Mirto Novais Florêncio	STF	19.11.10	Diretor Técnico	CJ-3
Pedro de Abreu e Lima Florêncio	Minist. Planejamento		Diretor de Projetos	CJ-3
			Pesquisador	CJ-2
Ana Carolina Aires C. Prata	sem vínculo	-	Pesquisador	CJ-2
Fernanda Paixão Araújo Pinto	TRT/10ª Região	21.11.10	Pesquisador	CJ-2
Guilherme Viana	-	-	Pesquisador	CJ-2
Mari Lucia Del Fiaco	STJ		Oficial de Gabinete	FC-06



Rejane Soares Canuto	Secretaria de Planejamento e Gestão do GDF	31/12/2009**	Assistente V	FC-05
Gabriela Moreira de Azevedo Soares	CNJ	-	Assistente V	FC-05
Marília de Souza de Mello	STF	25.05.10	Analista	-
Igor Tadeu Silva Viana Stemler	CNJ	-	Analista	-
Ricardo Marques Rosa	CNJ	-	Analista	-
Pedro Henrique de Pádua Amorim	CNJ	-	Analista	-
Daniel Martins Ferreira	CNJ	-	Técnico Judiciário	-

\*Responsável pela Unidade

\*\* Prorrogação da requisição em tramitação no órgão de origem

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Luciana Assunção Xavier Alves	Secretária NS	Ágil
Ganem Amiden Neto	Secretário NS	
Flávia de Sousa Almeida	Secretária NS	
Thais	Secretária NS	
Luana Almeida	Secretária NM	ASSEMP
José Victor Conceição	Mensageria	WS

Estagiários	Vencimento do Contrato
Polliana Cristina de Oliveira	17.06.10
Priscila Lima Machado	30.03.10

## COPA

## PRESTADORES DE SERVIÇOS

Prestadores de Serviços (Terceirizados)	Posto de Trabalho	Empresa
Anderson Rodrigues da Silva	Garçom	Sublime
Antonio Francisco Alves de Sousa	Garçom	
Domingos Alves de Araújo	Garçom	
Francineide dos Rezes	Garçom	
João Carvalho Neto	Garçom	
Jonas Rosa de Mendonça	Garçom	
Lítiane Cristina de Menezes	Copeira	
Marcelo de Matos Magalhães	Garçom	
Maria Cristina do Nascimento	Copeira	
Miquéias Nunes Campos	Copeiro	
Paulo Cesar Gonçalves	Garçom	
Saulo Pereira Rodrigues	Copeiro	
Shirley Jane Soares	Copeira	
Teresinha Antonia de Sousa Silva	Supervisora	
Thayana Cristina da Silva Paixão	Copeira	

## PRESTADORES DE SERVIÇOS DESLOCADOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL


## PRESTADORES DE SERVIÇOS

Unidade do STF	Prestador de Serviço (Empresa Patrimonial)	Posto de Trabalho	Empresa
Seção de Benefícios/SIS	Ana Rita Borges de L. Falcão	Secretária NS	Ágil
Gabinete/SIS	Marilu Cassimira e Silva	Secretária NM	ASSEMP

## FORÇA DE TRABALHO DO CNJ

Situação em 16/3/2010

Lei 11.364/2006 e Lei 11.618/2007

Portaria nº 531, de 6 de maio de 2009.

	CJ-1	CJ-2	CJ-3
Cargos criados	13	23	11
Cargos ocupados	13	22	10
Cargos vagos	0	1	1

	FC-4	FC-5	FC-6
Funções criadas	3	6	30
Funções ocupadas	3	4	26
Funções vagas	0	2	4

## Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas e dos Cargos Comissionados Ocupados

por Servidores Integrantes das Carreiras Judiciárias da União

Situação em 16/3/2010

## CARGOS EM COMISSÃO

Cargos	Criados	Ocupados					Vagos
		Vínculo com Administração Pública			Sem Vínculo	Total	
		Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário	Outras Carreiras			
CJ-3	11	1	5	1	3	10	1
CJ-2	23	3	8	2	9	22	1
CJ-1	13	1	4	2	6	13	0
TOTAL	47	5	17	5	18	45	2
% Cargos ocupados em relação aos criados		10,64%	36,17%	10,64%	38,30%	95,74%	
TOTAL (%)		57,45%			38,30%		

## FUNÇÕES COMISSIONADAS

Funções	Criados	Ocupados				Vagos
		Poder Judiciário		Outras Carreiras	Total	
		Cargos Efetivos do CNJ	Outros Cargos do Poder Judiciário			
FC-6	30	4	20	2	26	4
FC-5	6	1	2	1	4	2
FC-4	3	1	1	1	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>6</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>33</b>	<b>6</b>
% Funções ocupadas em relação às criadas		15,38%	58,97%	10,26%	84,62%	
<b>TOTAL (%)</b>		<b>74,36%</b>		<b>10,26%</b>		

## Cargos e funções Vagos

Nível de Comissionamento	Nome Comissionamento	Unidade
CJ-3	Secretário de Administração	Secretaria de Administração
CJ-2	Pesquisador	Departamento de Pesquisas Judiciárias
FC-05	Assistente V	Dep. De Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
FC-05	Assistente V	Dep. De Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
FC-06	Supervisor	Dep. De Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
FC-06	Supervisor	Dep. De Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
FC-06	Chefe de Seção	Seção de Apoio ao Plenário
FC-06	Assistente VI	Gabinete do Corregedor Nacional de Justiça

## Cargos Efetivos Vagos

	Analistas	Técnicos
Quantitativo	0	2*

\* Nomeações em andamento

## VI – CONTRATOS EM VIGOR



CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES FIRMADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2006/06	326.421	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	Prestação de serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado de estudantes	R\$ 247.970,16 (ANUAL)	30.11.10	PRORROGADO - 4 Termos Aditivos
2007/07	329.759	EMBRATEL	Prestação de serviços de telecomunicações para implantação, configuração, gerenciamento pró-ativo e manutenção de uma Rede Corporativa de Serviços de Dados para Acesso IP para integração entre o Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Estaduais, Conselho da Justiça Federal e Tribunais Regionais Federais, respeitando as características detalhadas, termos e condições que constam neste contrato, no edital e no Anexo Técnico do Edital de Licitação TST nº 67/2006.	R\$ 7.915.936,05 (30 MESES)	18.06.10	NÃO SERÁ PRORROGADO
2008/14	332.817	PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES	prestação de serviços de apoio administrativo na área de condução de veículos oficiais	R\$ 478.545,98 (ANUAL)	28.11.10	VIGENTE - 1 Termo Aditivo
2008/18	333.021	BRASIL TELECOM S/A	prestação de serviços de teleprocessamento por meio de dois links redundantes para transmissão de dados com velocidade mínima de 100Mbps (Megabits por segundo).	R\$ 223.980,00 (ANUAL)	12.01.11	PRORROGADO -1 Termo Aditivo
2008/23	333.094	AmericeL S.A	Prestação de serviços de acesso móvel à internet	R\$ 50.070,24 (6 MESES)	18.05.10	
2008/24	332.639	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal no sistema digital pós-pago, na modalidade longa distância nacional e internacional, originadas de telefone móvel pessoal	R\$ 74.000,00 (4 MESES)	29.05.10	
2008/25	330.263	SUBLIME SERVIÇOS GERAIS LTDA	Prestação de serviços de copeiragem.	R\$ 566.661,59 (ANUAL)	11.01.11	
2008/29	332.762	AMERICEL S.A	Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal – SMP, pós-pago, com roaming nacional automático e roaming internacional	R\$ 529.437,00 (ANUAL)	12.02.11	prorrogado
2008/46	333.298	CLIP & CLIPPING COMUNICAÇÃO LTDA	Prestação de serviços especializados no monitoramento e digitalização de notícias televisivas de interesse do CONTRATANTE, veiculadas nas principais capitais do Brasil, visando a análise e o acompanhamento destas	R\$ 244.992,00 (ANUAL)	19.04.10	prorrogado por 3 mese com cláusula resolutória
2008/47	333.292	CAST INFORMÁTICA S/A	Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico de licenças do Business Objects Enterprise Professional XI Release 2 e do Business Objects Web Intelligence (itens 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 11.898,00 (ANUAL)	10.05.10	PRORROGADO
2008/48	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico do software GeoGestão Business Server – versão 4.0 (item 3 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 215.000,00 (ANUAL)	29.12.10	PRORROGADO
2009/04	333.127	ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de secretariado nível médio e superior	R\$ 2.376.039,41 (ANUAL)	18.04.10	Subsiste somente os postos de Secretariado Nível Superior - PRORROGADO POR MAIS 2 MESES
2009/05	333.127	WS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de mensageria	R\$ 341.091,37 (ANUAL)	18.01.11	PRORROGADO
2009/06	333.127	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de auxiliar de estocagem	R\$ 122.756,04 (ANUAL)	12.01.11	PRORROGADO

CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES FIRMADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2009/07	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de geoprocessamento da solução de gestão (item 4 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 298.980,00 (ANUAL)	02.01.11	PRORROGADO
2009/08	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de Business Intelligence da solução de gestão (item 5 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 288.270,00 (ANUAL)	02.01.11	PRORROGADO
2009/11	334.612	SA CORREIO BRAZILIENSE	Prestação de serviços de publicação de atos relativos a licitações e de outras matérias de interesse do CNJ	R\$ 32.578,50 (ANUAL)	01.07.10	VIGENTE
2009/13	332.983	ENGEREDE ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA	Prestação de serviços relacionados a mudança de leiaute, adequação nas instalações prediais e serviços afins, com fornecimento de material, para os edifícios Anexos I do Supremo Tribunal Federal e Edifício Instituto Serzedello Corrêa – Tribunal de Contas da União sito a W-3 norte, Quadra 514, bloco B, lote 7, com as especificações constantes no Termo de Referência	R\$ 450.323,34 (ANUAL)	23.03.10	VIGENTE
2009/14	332.900	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A	Prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de 02 (dois) elevadores elétricos do edifício cedido pelo TST, localizado no Setor de Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 03, Lote 915	R\$ 2.998,00 (9 MESES)	08.08.10	PRORROGADO
2009/15	332.922	PSIU ALIMENTOS LTDA	Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de frutas diversas	R\$ 10.050,00 (ANUAL)	06.04.10	VIGENTE
2009/16	335.454	FRONT PROPAGANDA LTDA	é prestação de serviços de organização de eventos e serviços correlacionados		27.04.10	VIGENTE
2009/19	336.759	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF	a prestação de serviços, pela CONTRATADA, relacionados à disponibilização de mão-de-obra de reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal	R\$ 130.020,00 (ANUAL)	23.06.10	VIGENTE
2009/20	334.203	Squadra Tecnologia em Software Ltda	contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados no desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação existentes (legado) e novos	R\$ 9.000.000,00 (ANUAL)	28.06.10	Aguarda devolução do termo de rescisão assinado pela contratada
2009/21	334.173	José dos Reis Chaveiro-ME	Prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de materiais	R\$ 20.735,00 (12 MESES)	12.07.10	VIGENTE
2009/23	334.938	PSIU ALIMENTOS	Fornecimento parcelado de café torrado e moído, apropriado para o consumo e de primeira qualidade, do tipo Superior	R\$ 12.960,00 (12 MESES)	18.08.10	VIGENTE
2009/24	333.784	VISAN SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de arquitetura	R\$ 63.095,17 (ANUAL)	07.09.10	VIGENTE
2009/26	336.860	ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida	R\$ 384.000,00 (ANUAL)	20.09.10	VIGENTE
2009/27	336.023	ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Licenciamento da Base de dados comercial do DNE – Diretório Nacional de Endereços, pela ECT ao CONTRATANTE, para uso não-exclusivo	R\$ 5.445,00 (ANUAL)	04.10.10	VIGENTE
2009/29	335.549	LAVANDERIA PADRÃO LTDA - EPP	Prestação de serviço de lavanderia (Lavar, secar e passar) de material confeccionado em tecido	R\$ 16.219,32 (ANUAL)	17.09.10	VIGENTE

CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES FIRMADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2009/30	335.894	Prisma SYS Informática, Comércio e Representações Ltda	Aquisição de 4 (quatro) licenças de software de consulta e extração de dados e relatórios do SIAFI que possibilite facilitar o planejamento e a análise da execução orçamentária e financeira, atendendo a demanda das Secretarias, Departamentos e Subsecretarias que promovem o controle, execução, acompanhamento e a administração financeira do CNJ e do Poder Judiciário, além de prover a transparência, otimização das ações orçamentárias e geração de relatórios voltados ao acompanhamento da gestão de recursos	R\$ 40.000,00 (anual)	13.09.10	VIGENTE
2009/31	333.927	AGÊNCIA BG PRESS FOTO-JORNALISMO LTDA	Prestação de serviços de laboratório fotográfico	R\$ 37.280,00 (parcelado)	18.09.10	VIGENTE
2009/32	334.363	EFICAR - CENTRO AUTOMOTIVO LTDA. - ME	Aquisição e instalação de pneus e bicos para rodas, bem como a prestação dos serviços de balanceamento e alinhamento.	R\$ 9.026,72 (anual)	13.10.10	VIGENTE
2009/33	333.291	MILTON DE SOUSA ASSUNÇÃO (GRÁFICA E EDITORA SER-RANA)	Contratação de serviços de confecção de materiais gráficos (Grupo I)	R\$ 35.318,90 (anual)	22.10.10	VIGENTE
2009/34	333.291	CTIS TECNOLOGIA S.A	Prestação de Serviço de confecção de materiais gráficos (Grupo II)	R\$ 37.217,70 (anual)	22.10.10	VIGENTE
2009/35	333.291	DIDÁTICA EDITORA DO BRASIL LTDA. - ME	Prestação de Serviço de materiais gráficos	R\$ 80.220,00 (anual)	22.10.10	VIGENTE
2009/36	335.577	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	Prestação de Serviço de serviços de consultoria visando a construção e implementação de um Modelo de Gestão Estratégica com base na Metodologia Balanced Scorecard (BSC) integrado para o Poder Judiciário Nacional, alinhando as estratégias dos Tribunais Superiores e Conselhos (STF, STJ, TST, TSE, STM, CNJ, CJP, CSJT), 24 (vinte e quatro) Tribunais Regionais do Trabalho, 27 (vinte e sete) Tribunais de Justiça Estaduais, 27 (vinte e sete) Tribunais Regionais Eleitorais, 5 (cinco) Tribunais Regionais Federais, e 3 (três) Tribunais de Justiça Militar	R\$1.886.700,00 (em parcelas mediante execução)	Recebimento definitivo.	VIGENTE - Prorrogado o prazo de conclusão da última etapa, por mais 60 (sessenta) dias, por meio do 1º Termo Aditivo.
2009/37	333.945	CAPITALPLAC - COMÉRCIO DE PLACAS LTDA. - ME	a confecção e manutenção do Sistema de Comunicação Visual para as unidades do Conselho Nacional de Justiça	R\$ 27.698,59 (parcelado)	28.10.10	VIGENTE
2009/38	335.597	DISTRIBUIDORA EDITAL LTDA	Aquisição de 50 (cinquenta) estabilizadores	R\$ 8.232,12 (anual)	recebimento definitivo	VIGENTE - GARANTIA VIGENTE ATE 12 meses do recebimento definitivo até 22/11/2010
2009/39	334.341	MAXETRON - SERVIÇOS, INFORMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA	Contratação de "mailing jornalístico"	R\$ 7.020,00 (anual)	22.11.10	VIGENTE
2009/40	333.851	TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA	Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis dos veículos oficiais do CNJ com tecnologia de cartão eletrônico	R\$ 14.922,50 (mensal) R\$ 179.070,00 (anual)	11.01.11	VIGENTE
2009/41	335.641	INFRA EXPERTS TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA	Prestação de serviços de transcrição de arquivo eletrônico de áudio de audiências judiciais	R\$ 78.765,00 (parcelado)	21.12.10	VIGENTE

CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES FIRMADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2009/42	337.485	ASSEMP GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - EPP,	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de recepcionista	R\$ 142.199,20 (mensal) R\$1.706.390,40 (anual)	02.12.10	VIGENTE
2009/43	336.626	Super Micro Informática LTDA - EPP	Aquisição de 30 (trinta) leitores de código de barras, com serviço de assistência técnica	R\$ 8.880,00 (anual)	Recebimento Definitivo	GARANTIA DO EQUIPAMENTO VIGENTE ATÉ 20/12/2010
2009/44	338.131	MINDQUEST EDUCAÇÃO S.A	Prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de líderes na modalidade à distância, por meio de assinatura de ambiente virtual de aprendizagem com conteúdos digitais provenientes da Harvard Business School Publishing e Fifty Lessons, denominados Harvard Manager Mentor 10, CEO Lessons e Faculty Seminar, traduzidos ou legendados para a língua portuguesa	R\$ 139.087,41	29.12.10	VIGENTE
2009/45	336.529	PANACOPY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS REPROGRÁFICOS LTDA.	Aquisição de 2 (dois) plotters	R\$ 33.000,00	Recebimento Definitivo	VIGENTE
2009/46	337.663	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	Subscrição de licenças do software Red Hat Enterprise Linux e servidor de aplicação JBoss com atualização de versões e suporte técnico	R\$ 596.441,00	28.12.10	VIGENTE
2009/47	336.649	INFORME – RRN COMUNICAÇÃO E MARKETING S/S LTDA	Prestação de serviços especializados na área de Comunicação Social, tendo como finalidade a divulgação de atos do CNJ	R\$ 15.7494,75 (mensal) R\$ 1.889.937,10 (anual)	27.12.10	VIGENTE
2009/50	337.242	GPS GLOBAL PROJETOS E SISTEMAS LTDA	Aquisição de licenças de subscrição do banco de dados ORACLE, além de fornecer suporte técnico (acordo de nível de serviço), condizente com a licença contratada, para resolução de problemas	R\$ 1.702.019,68 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/51	337.242	FORMATO – PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	Aquisição de licenças de ferramenta gráfica para administração que contemplem gerenciamento proativo de recursos e de pacotes evolutivos (corretivos), além de fornecer suporte técnico (acordo de nível de serviço), condizente com a licença contratada, para resolução de problemas	R\$ 61.620,00 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/52	337.999	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de solução de aceleração/otimização de tráfego de dados para redes privadas de longa distância	R\$ 8.569.529,34 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/53	333.655	LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	Fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução corporativa informatizada de gestão de patrimônio, compras e almoxarifado, com plataforma aberta não proprietária	R\$ 999.771,10 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/54	336.607	Vert Soluções em Informática	Fornecimento de licença de software de banco de dados MYSQL	R\$ 97.750,75 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/55	338.438	OMEGA TI COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	Fornecimento de Impressoras multifuncionais	R\$ 276.900,00 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/56	337.541	LTA RH Informática e Comércio Representações Ltda.	Aquisição de computadores servidores, gabinete para computadores servidores, solução de virtualização e serviço de instalação dos equipamentos	R\$ 4.169.800,00 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/57	338.567	Certising Certificadora Digital S.A	Prestação de serviço de emissão de certificados digitais, padrão ICP-Brasil	R\$ 950.000,00 (anual)	30.12.10	VIGENTE
2009/58	337.918	Vert Soluções em Informática	Aquisição de solução de armazenamento de dados	R\$ 3.978.400,00 (anual)	30.12.10	VIGENTE



CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES FIRMADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2009/60	338.814	USP	Realização de pesquisa que abordará o tema: "As inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública", previsto no Edital de Seleção nº 01/2009 do CNJ	R\$ 330.475,00 (3 parcelas)	Recebimento Definitivo, com conograma de execução previsto para 9 (nove) meses, a contar de 01/02/2010	VIGENTE
2009/61	338.818	PUCRS	realização de pesquisa que abordará o tema "Demandas Judiciais e Morosidade da Justiça Civil"	R\$ 384.803,86 (3 parcelas)	Recebimento Definitivo, com conograma de execução previsto para 9 (nove) meses, a contar de 01/02/2010	VIGENTE
2009/62	338.817	FGV	Pesquisa "Diagnóstico sobre as causas de aumento das demandas judiciais cíveis, mapeamento das demandas repetitivas e propositura de solução pré-processuais, processuais e gerenciais à morosidade da Justiça.	R\$ 337.363,84 (3 parcelas)	Recebimento Definitivo, com conograma de execução previsto para 9 (nove) meses, a contar de 01/02/2010	VIGENTE
2009/63	337.674	FUNDAÇÃO CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	Elaboração de programa de avaliação do grau de aderência dos sistemas de gestão de processos e documentos do P. Judiciário ao modelo de requisitos...	R\$ 757.295,00 (3 parcelas)	Recebimento Definitivo, com conograma de execução previsto para 9 (nove) meses, a contar de 01/02/2010	VIGENTE
2009/64	338.819	Associação Paranaense de Cultura - PUCPR	A realização de pesquisa que abordará o tema: "Causas do progressivo aumento das demandas judiciais cíveis no Brasil e propostas para sua solução"	R\$ 400.000,00 (3 parcelas)	Recebimento Definitivo, com conograma de execução previsto para 9 (nove) meses, a contar de 01/02/2010	VIGENTE
2009/65	338.816	UFRGS	realização de pesquisa que abordará o tema: "as inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, a partir da identificação de contenciosos, cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa", previsto no Edital de Seleção nº 01/2009 do CNJ	R\$ 370.000,00 (3 parcelas)	Recebimento Definitivo, com conograma de execução previsto para 9 (nove) meses, a contar de 01/02/2011	VIGENTE
2009/66	338.725	FAROS - TECNOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO	a prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento por meio do curso básico de gestão de pessoas e processos conforme especificações indicadas no Anexo I deste Contrato	R\$ 237.000,00 - 20% após a entrega do relatório com o total de inscritos na plataforma; 80% Após a finalização do curso com a disponibilização de certificados para os alunos aprovados.	Recebimento Definitivo mediante a conclusão dos treinamentos contratados.	VIGENTE

CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTES FIRMADOS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2010/02	338.053	Brasfort	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de condução de veículos oficiais	R\$ 104.576,13 (mensal) R\$ 1.254.913,56 (anual)	Em fase final de formalização	Contrato que substituirá o Contrato 14/2008
2010/03	337.330	Eurexpress	prestação de serviço, por intermédio de agência de viagens, para a aquisição de passagens aéreas, nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento a ser instalado nas dependências do CNJ, compreendendo serviços de reserva, marcação e emissão de passagens aéreas	R\$2.482.200,00 (anual)	22.02.11	VIGENTE
2010/04	339.116	SQUADRA TECNOLOGIA EM SOFTWARE LTDA	a contratação de serviços técnicos especializados no Desenvolvimento, Manutenção e Documentação de Sistemas de Informação existentes (legados), para atender as demandas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dos demais órgãos do Poder Judiciário	R\$ 8.000.000,00 (seis meses)	25.08.10	VIGENTE - Emergencial
2010/05	337.559	PSIU ALIMENTOS LTDA	fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para o Conselho Nacional de Justiça - CNJ	R\$ 11.540,88 (12 meses)	03.03.11	

CRITÉRIOS DE REAJUSTE - Os contratos de natureza contínua firmados pelo CNJ adotam dois critérios básicos de reajustamento de preços. Para os contratos de prestação de serviços com mão-de-obra residente ocupando postos de trabalho, é adotada a modalidade de reajuste denominada de repactuação que consiste na correção dos itens da planilha de formação de preços com a superveniência de convenção coletiva de trabalho que altera os salários das categorias profissionais ocupantes dos postos de trabalho após a apresentação das propostas dos licitantes, observando, a partir da primeira repactuação, o interregno de um ano para a próxima correção. Para os demais contratos de prestação de serviços de natureza contínua, a cláusula de reajuste exige o interregno mínimo de um ano, a contar da assinatura do contrato, a demonstração analítica pela contratada da variação dos custos na execução do contrato e estabelece o teto máximo de reajuste como sendo a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas dos últimos doze meses. Para contratos que não admitem prorrogação de vigência os preços são fixos e irajustáveis.

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS						
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO	OBSERVAÇÃO
2009/03	334.363	EFICAR - CENTRO AUTOMOTIVO LTDA. - ME	registro de preços para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PNEUS E BICOS PARA RODAS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO E ALINHAMENTO APÓS CADA TROCA DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA DO CNJ LOCALIZADA NO DISTRITO FEDERAL		13.10.10	
2009/04	335.576	AIRWAY TRANSPORTES LTDA. - EPP	registro de preços para serviços de transporte de pequenas cargas e encomendas em geral de interesse do CNJ, na modalidade porta a porta, de Brasília para as capitais dos Estados e vice-versa, por via aérea (grupo I)		28.12.10	
2009/05	335.576	TB ENCOMENDAS E DISTRIBUIÇÕES LTDA	registro de preços para serviços de transporte de pequenas cargas e encomendas em geral de interesse do CNJ, na modalidade porta a porta, de Brasília para as capitais dos Estados e vice-versa, por via aérea (grupo II)		28.12.10	
2009/06	335.576	RV CONSULT TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	registro de preços para serviços de transporte de cargas e encomendas em geral de interesse do CNJ, na modalidade porta a porta, de Brasília para as capitais dos Estados, por via terrestre (grupo III)		28.12.10	
2009/07	337.663	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	registro de preços para SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE RED HAT ENTERPRISE LINUX E SERVIDOR DE APLICAÇÃO JBOSS COM ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES E SUPORTE TÉCNICO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES E TREINAMENTOS OFICIAIS		28.12.10	
2009/08	337.472	ITAUTEC S.A - GRUPO ITAUTEC	registro de preços para futura e eventual aquisição de 8000 (oito mil) microcomputadores, incluindo os serviços de assistência técnica e garantia		28.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.
2009/09	337.469	NORTHWARE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	o registro de preços para futura e eventual aquisição de 2.000 (dois mil) scanners, incluindo os serviços de assistência técnica e garantia		29.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.

2009/10	337.242	GPS GLOBAL PROJETOS E SISTEMAS LTDA	registro de preços para FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SUBSCRIÇÃO DO BANCO DE DADOS ORACLE, ALÉM DE FORNECER SUPORTE TÉCNICO (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO), CONDIZENTE COM A LICENÇA CONTRATADA, PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	29.12.10	
2009/11	337.242	FORMATO – PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE FERRAMENTA GRÁFICA PARA ADMINISTRAÇÃO QUE CONTEMPLAM GERENCIAMENTO PROATIVO DE RECURSOS E DE PACOTES EVOLUTIVOS (CORRETIVOS), ALÉM DE FORNECER SUPORTE TÉCNICO (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO), CONDIZENTE COM A LICENÇA CONTRATADA, PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	30.12.10	
2009/12	337.242	UNIMIX TECNOLOGIA LTDA	TREINAMENTOS OFICIAIS ORACLE	31.12.10	
2009/13	337.999	Servix Informática Ltda	registro de preços para FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE ACELERAÇÃO/OTIMIZAÇÃO DO TRÁFEGO DE DADOS PARA REDES PRIVADAS DE LONGA DISTÂNCIA, SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO POR 12 (DOZE) MESES E TREINAMENTO	29.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.
2009/14	337.470	SMS TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA	o registro de preços para futura e eventual aquisição de 8.000 (oito mil) no-breaks, incluindo os serviços de assistência técnica e garantia	30.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.
2009/15	337.894	A. DA C. M. LESSA MASTER COMERCIAL EPP	o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de copa e limpeza	11.01.11	
2009/16	337.476	CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA - EPP	registro de preços para fornecimento de água mineral ou potável de mesa natural, com gás, acondicionada em garrafas plásticas, transparentes, descartáveis, tipo pet, com capacidade de 500 ml, apropriada para o consumo nas unidades do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	11.01.11	
2009/17	337.894	SANTA RITA COMERCIAL LTDA	registro de preços para futura e eventual aquisição de material de copa e limpeza	08.01.11	
2009/18	337.476	SANTA RITA COMERCIAL LTDA	registro de preços para fornecimento de água mineral ou potável de mesa natural, sem gás, acondicionada em garrafas plásticas, transparentes, descartáveis, com capacidade de 500 ml, apropriada para o consumo nas unidades do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	11.01.11	
2009/19	337.476	HELLEN JARJOUR ME	registro de preços para fornecimento de água mineral ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, apropriada para o consumo nas unidades do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	11.01.11	
2009/20	337.541	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA	registro de preços para FORNECIMENTO DE COMPUTADORES SERVIDORES, GABINETE PARA COMPUTADORES SERVIDORES, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, SOLUÇÃO DE VIRTUALIZAÇÃO E TREINAMENTOS	30.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.
2009/21	338.567	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	registro de preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS, PADRÃO ICP-BRASIL, COMO TAMBÉM O FORNECIMENTO DE CARTÕES INTELIGENTES E LEITORAS, PARA ARMAZENAMENTO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS	30.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.
2009/22	338.567	SAFENET TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA	FORNECIMENTO DE DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL, TIPO TOKEN, USB	30.12.10	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais.
2010/01	337.579	CLASSE MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA. - EPP	Registro de preços para o fornecimento de mobiliário tipo estações de trabalho	04.03.11	
2010/02	337.579	TECLA MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA	Registro de preços para o fornecimento de mobiliário tipo estantes de aço	04.03.11	

2010/03	335.551	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE VÍDEO-CONFERÊNCIA COMPREENDENDO: MCU (UNIDADE DE CONTROLE E MÍDIA), TERMINAIS PARA SALA, GERENCIADOR DE CHAMADAS (GATEKEEPER), SERVIDOR DE ENCAMINHAMENTO DE PEDIDO SIP (SIP PROXY), UNIDADE DE GERÊNCIA, SISTEMA DE GRAVAÇÃO E FIREWALL TRANSVERSAL, INSTALAÇÃO, GARANTIA E TREINAMENTO	xx/03/2011	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais (em fase de colheita de assinaturas).
2010/04	335.551	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE VÍDEO-CONFERÊNCIA COMPREENDENDO: PROJETO MULTIMÍDIA, TELA RETRÁTIL 100 POLEGADAS, TV LCD 52 POLEGADAS, HOME THEATER, INSTALAÇÃO E GARANTIA	xx/03/2011	Aquisição para doação ao Tribunais Estaduais (em fase de colheita de assinaturas).

CONTRATOS A SEREM CELEBRADOS

XXXX/XX	338.048	FUNDAÇÃO RENATO AZEREDO	Contratação, sob demanda, de serviços especializados em programas de televisão e Internet e divulgação de cunho institucional, educacional e orientação social.	R\$ 1.688.400,00		Contratação a ser celebrada por 6 meses por dispensa de licitação. Autos na Assessoria Jurídica para chancela.
xxxx/xx	335.184		prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação de bens móveis e imóveis nas dependências do Conselho Nacional de Justiça, instaladas no Distrito Federal	R\$ 563.729,34		A ser licitado.
	338.915		Aquisição de 02 (dois) veículos automotores, para transportes de passageiros em serviço			A ser licitado.
xxx/xx	338.794		a prestação de serviços de apoio administrativo na área de secretariado	R\$ 3.231.545,84		A ser licitado.

## VII – SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INTERNOS





#### **Sindicâncias**

**Há uma única sindicância, processo nº 332.364, cuja comissão é composta pelo Juiz Auxiliar da Presidência Marcelo Martins Berthe, e pelos servidores Getulio Vaz, Ionice de Paula Ribeiro e Emerson Akira Okamura. O objeto é a apuração de fatos relativos à bens patrimoniais e doações.**

#### **Processos-Administrativos Disciplinares**

Não existem processos administrativos disciplinares no momento.

## VIII – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS



Tomada de Contas Especiais

Não há tomadas de contas especiais em andamento.

## IX – INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Lista de projetos detalhados no relatório de atividades do CNJ de 2009  
Resumo da pesquisa para construção de cenários prospectivos para o CNJ  
Relatório de atividades do CNJ de 2009 (volume anexo)  
Relatório das metas de nivelamento de 2009 do Poder Judiciário (volume anexo)  
Manual de organização do CNJ (volume anexo)  
**Lista de projetos detalhados no relatório de atividades do CNJ de 2009**

#### **FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO**

Objetivo: Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação Administrativa e Financeira do Poder Judiciário

##### **Projetos e Ações:**

Deliberações do Colegiado e Jurisprudência;  
Controle Financeiro dos Tribunais.  
Objetivo: Prevenir e Corrigir desvio de conduta dos membros e/ou órgãos do Poder Judiciário

##### **Projetos e Ações:**

Inspeções da Corregedoria  
Sistema de Informações da Corregedoria  
Sistema Nacional de Controle de Interceptações

#### **ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO**

Objetivo: Garantir o Alinhamento Estratégico em todas as Unidades do Judiciário

##### **Projetos e Ações:**

Gestão Estratégica Nacional;  
Metas de Nivelamento;  
Gestão Estratégica do CNJ;  
Reestruturação do CNJ – Nova Estrutura Organizacional e Otimização dos Processos de Trabalho.  
Objetivo: Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ  
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça no cumprimento das deliberações

##### **Projetos e Ações:**

Acompanhamento do cumprimento das deliberações do CNJ  
Objetivo: Garantir a Precisão no Diagnóstico da Realidade no Judiciário

##### **Projetos e Ações:**

Justiça em Números;  
Justiça Federal;  
Justiça do Trabalho;  
Justiça Estadual;  
CNJ Acadêmico;  
Justiça Aberta – coordenado pela Corregedoria;  
Gestão de Tabelas Processuais Unificadas;  
Numeração Única de Processos.  
Objetivo: Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário

##### **Projetos e Ações:**

Políticas nacionais em Tecnologia da Informação Governança de TI / Comitê Gestor Nacional de TI (CGTI);  
Planejamento Estratégico Nacional em TI (PETI);  
Melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação dos Tribunais Estaduais;  
INFOVIA (Rede do Judiciário);  
Malote Digital;  
Creta - Processo Eletrônico Nacional;  
Projudi;  
Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA.  
Objetivo: Fomentar a interação e a troca de experiência entre Tribunais

##### **Projetos e Ações:**

Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário;  
Justiça Integrada (Recomendação nº 28);  
Acordo de Cooperação com o Instituto Prêmio Innovare;  
Canal da Estratégia.

#### **ATUAÇÃO INSTITUCIONAL**

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e Instituições

##### **Projetos e Ações:**

Parcerias (firmadas em 2009);  
Bacen Jud;  
CCS - Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional;  
Infojud;  
Renajud;  
Grupo de Trabalho sobre Direito à Saúde.  
Objetivo: Aprimorar a comunicação com públicos externos

##### **Projetos e Ações:**

Política de Comunicação Social;  
Instrumentos de Comunicação;  
Diário de Justiça Eletrônico;  
Infojuris;  
Ouvidoria;  
Objetivo: Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva

##### **Projetos e Ações:**

Sistema Integrado Nacional de Registro Civil – SIRC;  
Cadastro Nacional de Adoção;  
Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos;  
Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei;  
Efetividade da Lei Maria da Penha;

Casas de Justiça e Cidadania;  
Nossas Crianças;  
Sistema Carcerário;  
Mutirões Carcerários;  
Começar de Novo;  
Varas de Execução Criminais Virtuais;  
Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais;  
Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade;  
Grupo de Trabalho para prevenção de violência nos estágios de futebol;  
Gestão Ambiental;  
Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos;

#### **EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

##### **Projetos e Ações:**

##### **Projetos Nacionais:**

Programa Integrar;  
Conciliação;  
Gestão Documental - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME;  
Protocolo Integrado Nacional;  
Gestão de Precatórios;  
Plano de gestão de varas criminais e de execução penal e manual de rotinas;  
Pareceres de Mérito sobre Anteprojetos de Lei;

##### **Projetos Internos:**

SIAC  
E-CNJ  
Processo Administrativo Eletrônico do CNJ  
SICNJ  
Gestão de Processo Licitatório  
Movimento de Processos Administrativos  
RPD – Requisição de Passagens e Diárias  
Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais  
Gestão de Custo com Postagem

#### **GESTÃO DE PESSOAS**

Objetivo: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, Magistrados e Servidores

##### **Projetos e Ações:**

Gestão de desempenho funcional;  
Programa Permanente de Capacitação;  
Fórum EAD;  
Políticas de Capacitação Nacionais;  
Plano Nacional de Capacitação.  
Objetivo: Motivar e comprometer Conselheiros, Juízes e Servidores com a execução da Estratégia

##### **Projetos e Ações:**

Instrutoria Interna;  
Plano de Comunicação da Estratégia no CNJ;  
Banco de Talentos;  
Plano de Saúde;  
Sistema de Consignação;

#### **INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA**

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades

##### **Projetos e Ações:**

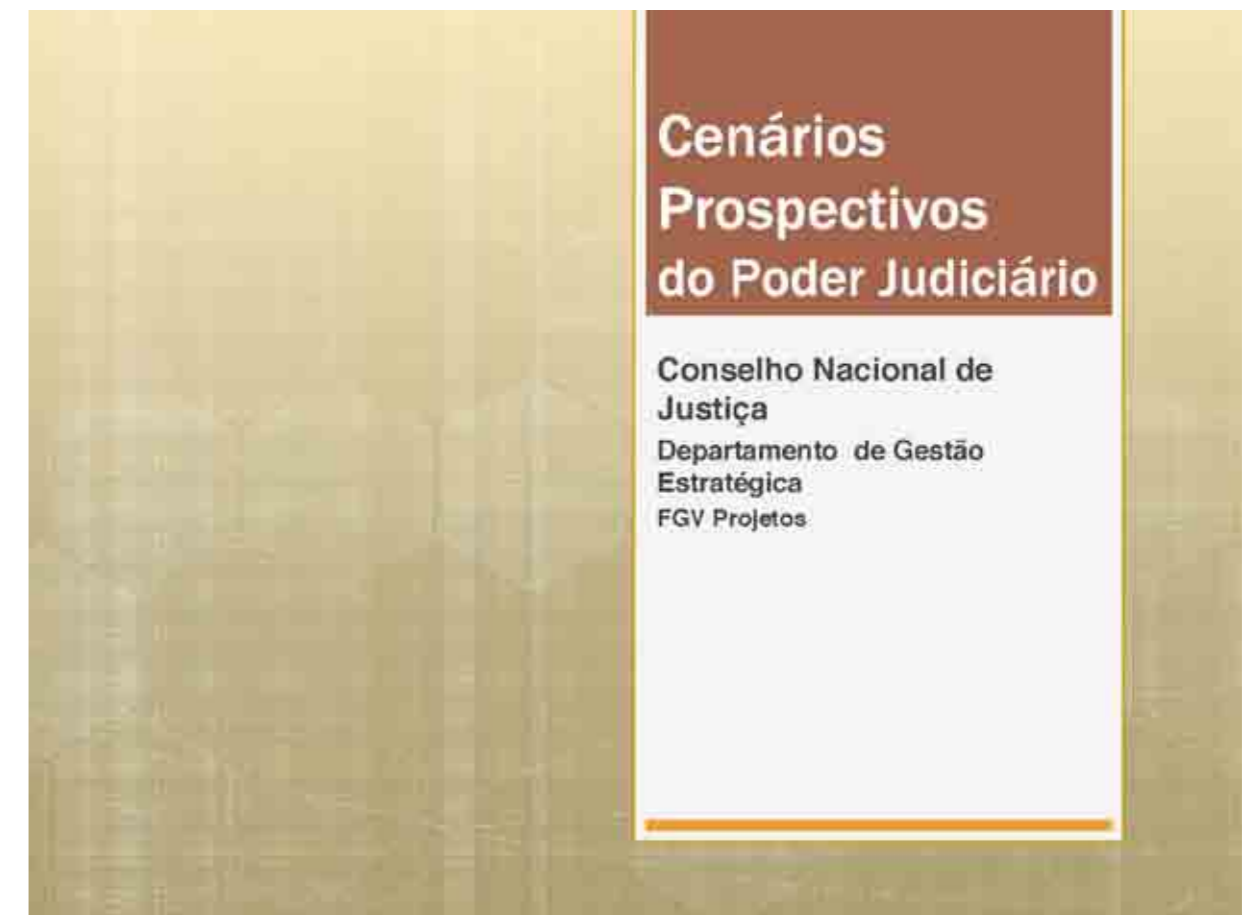
Infraestrutura de Datacenter para a Sala Cofre;  
Soluções de Armazenamento e Backup;  
Licenças de Banco de Dados e Treinamento;  
Licenças de Sistema Operacional e Treinamento;  
Licenças de Banco de Dados MySQL e Treinamento;  
Aquisição de Solução de Vídeo Conferência.  
Objetivo: Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

##### **Projetos e Ações:**

Sistemas de TI necessários à execução da estratégia do CNJ.

#### **ORÇAMENTO**

Objetivo: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da



2 Fev/2010

## I – Introdução

### 1. Objetivo

- Objetivo principal: entender quais cenários futuros impactarão o Poder Judiciário.
- Objetivo secundário: identificar percepções quanto a atuais pontos fortes e fracos do Judiciário

### 2. Método

- Questionário estruturado a partir de conclusões **em seminário com conselheiros do CNJ e especialistas** das áreas (tecnologia, economia, ambiental, empresarial e política social)
  - Quantitativa, via internet
  - FGV Projetos
    - Drs. Rubem Hannum e José Bento Amaral
- Eixo de Análise
  - Em que aspectos cada um dos cenários validados alterará a situação atual?
  - Em quanto tempo?
  - E qual o impacto dessa mudança no Poder Judiciário?
    - **Estrutura, volume de trabalho e qualificações necessárias**

CNJ - Cenários Prospectivos



3 Fev/2010

## 2. Perfil da Amostra

**Média etária: 44 anos**  
Concentração: 36-65 anos

Representativa para todos os Estados e segmentos

**Lideranças em seus segmentos**  
77% acima de 10 anos de experiência

	Universo	Retorno
Poder Judiciário	869	<b>26,9 %</b>
Poder Executivo	847	11,9 %
Ministério Público/Legislativo	1641	2,9 %
OAB/Escritórios de Advocacia	632	14,7 %
Sociedade Civil/Iniciativa Privada - Outras Empresas	33070	3,8 %
<b>TOTAL</b>	<b>37059</b>	<b>4,7 %</b>

Alta taxa de retorno

CNJ - Cenários Prospectivos

## II - Análise Quantitativa

5 Fev/2010

## 1. Descrição dos Cenários

- Cenários são as hipóteses de futuro construídas em seminário por conselheiros e especialistas dos ramos
- Temas:
  - **Tecnologia da Informação**
  - **Empresarial**
  - **Meio Ambiente**
  - **Aspectos legais**
  - **Econômico (relações interpessoais, de trabalho e necessidade de conhecimento)**

CNJ - Cenários Prospectivos

6 Fev/2010

## 2. Probabilidade dos cenários

- Todos os cenários foram confirmados por mais de 90% dos participantes, independentemente do segmento a que pertencem.
  - Significa que foram considerados **altamente prováveis** e totalmente coerentes com as expectativas desenhadas por conselheiros e especialistas
- Os cenários "Tecnologia da Informação", "Meio ambiente" e "Econômico – Relações interpessoais" são os que apresentam praticamente **unanimidade de que vão acontecer** e de forma mais rápida.
- E isso ocorrerá com muita rapidez. **Para 89%, em até 5 anos.**

CNJ - Cenários Prospectivos

7 Fev/2010

## Probabilidade dos cenários

CENÁRIO	TOTAL	Poder Judiciário	Outros segmentos
	%	%	%
<b>Econômico – relações interpessoais</b>	<b>97</b>	<b>99</b>	96
Econômico – relações de trabalho	91	91	91
Econômico - necessidade de conhecimento	95	<b>97</b>	95
<b>Meio ambiente</b>	<b>97</b>	<b>97</b>	<b>97</b>
Empresarial	93	93	93
<b>Tecnologia da Informação</b>	<b>98</b>	<b>100</b>	98
Aspectos legais	95	96	95

CNJ - Cenários Prospectivos

- 8 Fev/2010
- ## 1. Riscos e Oportunidades futuras
- Os itens a seguir representam oportunidades que se não aproveitadas tornam-se ameaças ao Judiciário (Escala de 0-100)
  - Gestão mais dinâmica e menos burocrática (83,57)\***
  - Criar varas especializadas em meio ambiente (82,43)
  - Ampliar conhecimento em direito internacional (78,83)
  - Validar juridicamente depoimentos via internet (73,60)\***
  - Sistema jurídico adaptado para a nova realidade da falta de sigilo da vida privada (71,40)
  - Cultura virtual em substituição à presença física dos parceiros comerciais (71,40)\***
  - Assegurar direitos a empresas e pessoas que trabalhem pela internet para clientes em vários países (70,20)
- \* Poder Judiciário acredita mais fortemente que outros segmentos na concretização e impacto desses cenários em suas atividades
- CNJ - Cenários Prospectivos

## III - Análise Qualitativa

- 10 Fev/2010
- ## 2. Desafios
- Para enfrentar os desafios colocados o Poder Judiciário brasileiro tem muito a fazer:
- Embora não concordando plenamente com a opinião dos outros segmentos, os integrantes do Judiciário tem consciência da realidade apontada.*
- Atualmente não tem **infraestrutura física e preparo técnico e cultural** necessários para **julgar os processos** decorrentes de relações comerciais **internacionais**
  - Está longe de ter a **infraestrutura** e o **conhecimento** técnico necessário para se beneficiar da nova **realidade virtual**
- CNJ - Cenários Prospectivos



11

Fev/2010

Para enfrentar os desafios colocados o Poder Judiciário brasileiro tem muito a fazer (cont.)

- Os procedimentos do Judiciário **bloqueiam o crescimento econômico** e o desenvolvimento **social**
- A ausência de um **marco regulatório claro** bloqueia o crescimento econômico e o desenvolvimento social
- Mudanças no cenário econômico** têm impacto no surgimento de novos modos de produção e de relação entre as pessoas, o que cria um **hiato** entre o que já está sendo vivido e a **realidade legal**

CNJ - Cenários Prospectivos

## IV- Percepção Atual

13

Fev/2010

## 1. Percepção interna e externa

- Com algumas exceções o Judiciário brasileiro tem consenso em seus pontos fortes e fracos
- Enquanto os **pontos fracos são fortemente caracterizados**, os **pontos fortes são fragilmente caracterizados**
- Mas há divergências significativas** de avaliação entre os membros do Judiciário e os demais segmentos

CNJ - Cenários Prospectivos

14

Fev/2010

## 2. Divergências

Em % de aprovação	Judiciário	Diferença	Outros
<b>Possibilidade de recursos</b>	18	<b>(35)</b>	43
<b>Imparcialidade</b>	74	<b>34</b>	40
<b>Acertos nos julgamentos</b>	75	<b>28</b>	47
<b>Seriedade</b>	83	23	60
<b>Inovação</b>	41	22	19
<b>Facilidade de acesso</b>	40	21	19
<b>Acesso a informação</b>	54	21	33
<b>Ética profissional</b>	78	20	58
<b>Legislação processual</b>	22	(18)	40
<b>Quant. procedim. admin.</b>	7	(10)	17

CNJ - Cenários Prospectivos

16

Fev/2010

## 4. Pontos Fracos

- Inovação
- Acesso a informação
- Imparcialidade
- Facilidade de acesso pela população
- Rapidez
- Cumprimento de prazos
- Comunicação clara e objetiva
- Clareza em saber a quem se dirigir
- Transparência
- Quantidade de procedimentos administrativos
- Possibilidade de recursos processuais
- Legislação processual

*Destaques indicam pontos tidos como não tão graves pelos membros do Judiciário, mas de forma diversa pelos demais segmentos*

CNJ - Cenários Prospectivos

17

CNJ - Cenários Prospectivos  
Fev/2010

## 5. Percepção divergente

- Do cotejo entre a avaliação dos desafios externos e de fraquezas e forças internas, pode-se afirmar que os membros do Poder Judiciário, em seu conjunto, são capazes de analisar adequadamente o ambiente externo, mas não dispõem da mesma clareza quanto aos atributos internos
- Instrumentos objetivos de informação, mensuração e comunicação ainda não plenamente desenvolvidos

CNJ - Cenários Prospectivos

18

CNJ - Cenários Prospectivos  
Fev/2010

## 6. Fraquezas administráveis

- Uma conclusão positiva é de que apesar de numerosos, os **pontos fracos correspondem a itens de caráter mais operacional**, organizacional e interno ao Poder Judiciário
- Isto é, são gerenciáveis

CNJ - Cenários Prospectivos

V – Avaliação do  
Judiciário



20

Fev/2010

## V - Avaliação do Judiciário

- Notas de 0 a 10 avaliando o Judiciário em relação a seus atributos de valor
- As notas confirmam os pontos fortes e fracos e revelam barreiras de imagem

MÉDIA	TOTAL	Poder Judiciário	Diferença	Outros segmentos
Celeridade	3,36	3,77	0,49	3,28
Modernidade	4,34	5,18	1,01	4,17
<b>Acessibilidade</b>	4,52	5,68	<b>1,39</b>	4,29
Transparência	4,77	5,56	0,95	4,61
Responsabilidade Social e Ambiental	4,75	4,84	0,11	4,73
<b>Imparcialidade</b>	5,54	6,81	<b>1,52</b>	5,29
<b>Ética</b>	6,04	7,11	<b>1,28</b>	5,83
<b>Probidade</b>	6,03	7,26	<b>1,47</b>	5,79

- Os integrantes do Poder Judiciário são significativamente mais condescendentes

CNJ - Cenários Prospectivos

## VI - Prioridades imediatas

22

Fev/2010

### 1. O que o Poder Judiciário deveria priorizar em seus investimentos?

Respostas espontâneas	TOTAL	Poder Judiciário	Outros segmentos
	%	%	%
<b>ESTRUTURA/INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>68</b>	<b>89</b>	<b>64</b>
Investir em tecnologia, processo eletrônico, acessibilidade à população e unificação dos sistemas			
Investir na qualificação profissional			
<b>PROCEDIMENTOS E PROCESSOS DE TRABALHO</b>	<b>45</b>	<b>23</b>	<b>50</b>
Rapidez em executar processos/melhorar o tempo de cumprimento dos prazos			
Menos formalidades e burocracia			
<b>RELAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>16</b>
Facilitar acesso pela população/atendimento direto/Facilitar a disponibilidade, atendimento e acesso a informação			
Transparência nas ações/clareza nas informações			

CNJ - Cenários Prospectivos

23

Fev/2010

### 2. O que o Poder Judiciário faz hoje e deveria deixar de fazer?

Respostas espontâneas	TOTAL	Poder Judiciário	Outros segmentos
	%	%	%
<b>PROCEDIMENTOS E PROCESSOS DE TRABALHO</b>	<b>74</b>	<b>73</b>	<b>74</b>
Ser burocrático			
Ser lento			
<b>ESTRUTURA/INSTRUMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>11</b>
Ter gestão arcaica, conservadora e não utilizar instrumentos modernos/internet			
Ter quadro de funcionários não qualificados			
<b>RELAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>7</b>
Manter-se distante da população			
Ser pouco claro/transparente			

CNJ - Cenários Prospectivos

## ○ OBSERVAÇÕES FINAIS